



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
Praça Alípio de Carvalho, 50 – Centro Carolina – MA
CEP: 65.980-000 – CNPJ: 12.081.691/0001-84

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026 - SRP

QUADRO DE INFORMAÇÕES	
MODALIDADE/Nº:	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026
TIPO:	MENOR PREÇO POR ITEM
REGISTRO DE PREÇOS	(x) SIM () NÃO
MODO DE DISPUTA:	(x) ABERTO INTERVALO DE LANCES: R\$ 0,01 () ABERTO E FECHADO () FECHADO E ABERTO
SITE	https://bnccompras.com
ÓRGÃO REQUISITANTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA - MA
DATA/HORÁRIO:	09/04/2026 às 09h00min (Horário de Brasília)
PROCESSO ADMINISTRATIVO	028/2026
PREGOEIRO DESIGNADO:	Ronildo Teixeira Gonçalves
E-MAIL:	cpl@carolina.ma.gov.br

PREÂMBULO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA - MA, através da COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, de acordo com o definido no quadro de informações, por intermédio do site estabelecido no quadro de informações. O certame será regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 004/2022, e Lei Complementar 123/06 e alterações dadas pela Lei Complementar 147/14, e pelas condições estabelecidas no presente Edital, será conduzido pelo(a) pregoeiro(a) e respectiva Equipe de Apoio, designados através da PORTARIA Nº 006/2026.

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação da (o) Pregoeira (o) em contrário.

1. DO OBJETO

1.1. O presente procedimento tem por objeto a: **FORMALIZAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICO E HIDRÁULICO DIVERSOS, PARA ATENDER A DEMANDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA – MA E DEMAIS SECRETARIAS,**



conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3. Na hipótese de haver diferença entre a descrição dos itens registrados no sítio <https://bnccompras.com/> e as especificações constantes no Edital e seus anexos, deverão ser consideradas as do Termo de Referência deste Edital.

1.4. Acompanham este Edital os seguintes Anexos:

1.4.1. Anexo I - Termo de Referência;

1.4.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

1.4.2. Anexo II - Declarações Conjuntas;

1.4.3. Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

2. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

2.1. As licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via Internet.

2.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico no site estabelecido no quadro de informações.

2.3. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica a responsabilidade legal, única e exclusiva do Licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

2.3.1. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou à CPL, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.4. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Compras: www.bnc.org.br.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

3.4. O edital possui itens exclusivos para ME/EPP/MEI, Ampla Concorrência e Cotas reservadas para ME/EPP/MEI, conforme Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.4.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
Praça Alípio de Carvalho, 50 – Centro Carolina – MA
CEP: 65.980-000 – CNPJ: 12.081.691/0001-84

valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.6. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa deverão respeitar as regras estabelecidas no art. 16 da Lei 14.133/2021.

3.7. A pessoa física, trabalhador autônomo, sem qualquer vínculo de subordinação para fins de execução do objeto desta licitação, incluindo os profissionais liberais não enquadrados como sociedade empresária ou empresário individual.

3.8. **NÃO PODERÃO** participar desta licitação:

3.8.1. aqueles que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.8.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.8.3. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

3.8.4. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.8.5. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.8.5.1. O impedimento de que trata o este item será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

3.8.6. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.8.7. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.8.8. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.8.9. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.8.10. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.8.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;



3.8.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

3.8.13. Em regra, fornecimentos de bens comuns que não ensejam grande complexidade na execução do objeto, por não demandarem a conjugação de esforços de empresas para viabilizar a participação no certame, justificam a vedação à participação de consórcios;

3.8.14. No caso de peculiaridades do caso concreto, a ser justificado no Termo de Referência, poderá ser admitida a participação de empresas em consórcio;

3.8.15. Empresa consorciada, na mesma licitação, em mais de um consórcio ou de forma isolada;

3.8.16. As empresas ou pessoas físicas que se encontrem impedidas de licitar e contratar com a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA – MA**, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.8.17. As empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com toda a Administração Pública, nos termos do art. 156, IV e §5º, da Lei 14.133/2021, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.8.18. Pessoa física ou jurídica que tenha sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;

3.8.19. Que estejam sob falência ou insolvência civil e dissolução de sociedade;

3.8.20. Quando da participação de MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE deverão ser adotados os critérios estabelecidos na Lei Complementar nº 123/2006, conforme quadro de informações;

3.8.21. A obtenção de benefícios referente à ME/EPP, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

3.8.21.1 - Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei 14.133/2021.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem este artigo, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto neste item não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por



organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.13. A vedação de que trata o item, estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.2.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.2.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.2.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.2.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.1. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.5. A falsidade das declarações sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.



4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitando o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.10.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma deste item possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário (XXXXXXXXXXXXXXXX) e (XXXXXXXXXX) total do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam



direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.11. O(a) Pregoeiro(a) poderá requisitar a licitante que readeque sua proposta, caso esta apresente alguma inconsistência sanável, desde que não configure alteração na proposta original apresentada.

5.12. Nas propostas de preços com mais de duas casas após a vírgula, o(a) Pregoeiro(a) realizará o arredondamento “para menos”.

5.13. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a produtos/serviços e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

5.14. O processo será encaminhado ao órgão requisitante para análise da equipe técnica e manifestação do Gestor quanto às propostas ofertadas, conforme solicitado no termo de referência e quanto aos preços apresentados.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.



- 6.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 0,01 (um) centavo**.
- 6.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.10.4. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de dez minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10%



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
Praça Alípio de Carvalho, 50 – Centro Carolina – MA
CEP: 65.980-000 – CNPJ: 12.081.691/0001-84

(dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subseqüentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12. Caso seja adotado para envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.12.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.12.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.12.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.12.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.12.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.12.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção o dos lances.

6.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.18. O Critério de julgamento adotado será o menor preço por item, conforme definido neste Edital e seus anexos.



- 6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.
- 6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.20.2. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021:
- 6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atestado de cumprimento de obrigações
- 6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho.
- 6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Maranhão;
- 6.21.2.2. empresas brasileiras;
- 6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá



encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.22.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.2. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.3. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.3. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar atende às condições de participação do certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2023 e no item 3.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta dos seguintes cadastros:

7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido na Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

7.1.2. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:>);

7.1.3. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

7.1.4. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
Praça Alípio de Carvalho, 50 – Centro Carolina – MA
CEP: 65.980-000 – CNPJ: 12.081.691/0001-84

poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 horas, sob pena de não aceitação da proposta.

7.5.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

7.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

7.9. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.7 e 4.6 deste edital.

7.10. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.11. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.11.1. Contiver vícios insanáveis;

7.11.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.11.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.11.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.11.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.12. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.13. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.13.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.13.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.14. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.15. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.



7.16. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10. O Pregoeiro poderá encaminhar, nos termos do art. 61, §1º da Lei nº 14.133/2021 e art. 20, encaminhar por meio do sistema eletrônico contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.11. Também nas hipóteses em que a Pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar como licitante para que seja obtido preço melhor.

7.12. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133 de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF nos documentos por ele abrangidos.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **2 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

8.5. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.9. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.9.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de



números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.10. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

8.11. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.12. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 6.11.1

8.13. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, depois de concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.14. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.15. Habilitação jurídica:

8.15.1 Registro comercial, no caso de firma individual;

8.15.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações subsequentes devidamente registradas, em se tratando de Sociedade Comercial, e no caso de sociedade por ações acompanhados da ata arquivada da assembleia da última eleição da diretoria;

8.15.3 Inscrição no ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

8.15.4 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.15.5 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.15.6 Ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971, em caso de licitante cooperativa;

8.15.7 Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, quando for o caso, subscritos pelos consorciados, com a indicação de empresa líder, que será responsável por sua representação junto à Administração;

8.15.8 Cédula de identidade e CPF dos sócios.

8.16. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

8.16.1. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual (Fornecimento de Bens) ou Municipal (Prestação de Serviços), relativo ao domicílio ou sede da licitante,



- pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da presente licitação;
- 8.16.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Tributos Federais e Dívida Ativa da União, abrangendo as Contribuições Previdenciárias Sociais) Estadual e Municipal do domicílio ou sede da PROPONENTE, ou outra equivalente na forma da Lei;
- 8.16.3. Certidão Negativa, expedida pela Caixa Econômica Federal, com a finalidade de comprovar a inexistência de débitos junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- 8.16.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), com a finalidade de comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- 8.16.5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.16.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.16.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.16.8. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.17. Qualificação Econômico-Financeira

- 8.17.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais ou ao último exercício, no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 8.17.1.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015).
- 8.17.1.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a substituição dos demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;
- 8.17.1.3. O microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123 de 2006 estará dispensado: a) da prova de inscrição nos cadastros dos contribuintes estadual e municipal;
- 8.17.2. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1(um) resultantes da aplicação das fórmulas, devidamente assinados por profissional habilitado na área contábil que atende o atendimento dos índices:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Logo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

- 8.17.2.1. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC),



deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente, através da apresentação de balanço patrimonial, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta de preços.

8.17.2.2. As empresas cujo exercício seja inferior a um ano, deverão comprovar o capital mínimo de 10% do valor estimado da contratação, feita relativamente à data da apresentação da proposta de preços.

8.18. Certidão Negativa de Falência e Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

8.19. Qualificação Técnica:

8.19.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens/serviços em características compatíveis com o objeto desta licitação ou com o item pertinente, por meio da apresentação de ATESTADO fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devendo constar o nº do CNPJ da empresa licitante;

8.20. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro;

8.21. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência;

8.22. Será solicitado apenas a documentação do licitante vencedor, no qual deverá ser apresentado via sistema no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **2 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

9.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entre linhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

9.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

9.1.3 Contar o prazo de validade da proposta, prazo de entrega dos materiais: e prazo de garantia dos materiais, conforme definido no Termo de Referência.

9.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

9.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

9.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

9.4.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

9.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital,



sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

9.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

9.7. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

9.8 - Nos termos do §1º do Art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9 - O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas de preços desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital.

9.10 - No preço ofertado deverão estar incluídos todos os insumos que o compõe, tais como as despesas com mão-de-obra, materiais, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação.

9.11. A marca/modelo e fabricante do produto cotado, incluído no site estabelecido no quadro de informações deverão ser os mesmos indicados na proposta e a serem entregues, sem aceitação de nenhuma outra.

9.12. A equipe técnica, quando da análise do produto apresentado, poderá recorrer aos sítios oficiais das marcas ou fabricantes para averiguação da especificação técnica do modelo/versão do produto ofertado, visando a comprovação da qualidade.

9.13. O Pregoeiro (a) poderá requisitar a licitante que readeque sua proposta, caso esta apresente alguma inconsistência sanável, desde que não configure alteração na proposta original apresentada.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, contendo contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e a motivação, sob pena de preclusão;

10.3.1 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 30 (trinta) minutos.

10.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.



10.7 O prazo para apresentação de contrarrrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1 - A sessão pública poderá ser reaberta a critério do(a) Pregoeiro(a), devidamente justificada, nas seguintes hipóteses:

11.1.1 Quando do provimento de recurso que leve à ANULAÇÃO de atos à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública.

11.1.2 Quando HOUVER ERRO NA ACEITAÇÃO DO PREÇO melhor classificado.

11.1.3 Quando o licitante declarado vencedor NÃO ASSINAR O CONTRATO, NÃO ASSINAR A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E NÃO HOUVER CADASTRO RESERVA E NÃO RETIRAR O INSTRUMENTO EQUIVALENTE, oportunizando a convocação dos remanescentes.

11.1.4 Quanto o licitante não comprovar a REGULARIZAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA, nos termos do art. 43, §1º da LC 123/2006.

11.2 - Nessas hipóteses serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.3 - Todos os licitantes remanescentes serão convocados, de acordo com a fase do procedimento licitatório a ser reaberta, mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 2 horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata complementar.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1 - A adjudicação e homologação do presente certame são de responsabilidade da autoridade superior, em consonância ao art. 71 da Lei 14.133/2021.

12.2 - O ato de adjudicar e homologar o certame enseja não apenas atribuir-lhe eficácia e aprovação, mas também, reconhecer a legalidade dos procedimentos ali realizados, ratificando-os em todo o processo, desde a autorização para licitar.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto desta contratação, salvo se estiver expresso no Termo de Referência e no quadro de informações disposto neste edital.

13.2. Quando previsto no termo de referência, a subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de habilitação e qualificação exigidas na licitação, cabendo ao contratado apresentar à Administração a documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado.

13.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.



13.4. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

14.1 O prazo de vigência da contratação será definido no Termo de Referência, de acordo com a natureza do objeto licitado.

14.2 - As publicações resumidas do contrato/ata de registro de preços que vier a ser firmado deverão ser realizadas na forma do estabelecido no Art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

14.3 - Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

15. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto estão previstos no Termo de Referência.

16. DA FISCALIZAÇÃO

16.1. Os Termos de Fiscalização são os estabelecidos no Termo de Referência, anexo a este edital.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

17.1. As obrigações da Contratante são as estabelecidas no Termo de Referência.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1. As obrigações da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

19. DO PAGAMENTO

19.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. As sanções administrativas são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este edital

21. DO REGISTRO DE PREÇOS

21.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

22. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

22.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

22.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado,



desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

22.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

22.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

22.5. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

23. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA

23.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

23.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

23.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

23.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

23.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

23.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

23.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

23.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

23.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

23.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

23.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

23.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.



24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

24.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar os termos do edital do pregão ou solicitar esclarecimento, por meio eletrônico, na forma prevista no quadro de informação deste edital, devendo encaminhar o pedido até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

24.2 O(a) pregoeiro(a), responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido e limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação, do Termo de Referência e dos demais anexos.

24.3 A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo pregoeiro nos autos do processo de licitação.

24.4 A peça de impugnação deverá conter, sob pena de rejeição, a exposição sucinta e clara do assunto, os fundamentos de Lei que alicerçam o pedido, como também, no mínimo, as seguintes informações de contato: telefone e e-mail.

24.5 Acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, nos mesmos meios, exceto quando, em nada, altere a formulação das propostas, observados os prazos legais de publicação.

24.6 As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas no sistema no qual ocorrerá o procedimento, dentro do prazo estabelecido no item 4.2, e vincularão os participantes e a Administração, ficando os licitantes cientes da obrigatoriedade de acessá-lo para obtenção das informações prestadas.

24.7 Os pedidos de esclarecimentos, questionamentos e impugnações ou quaisquer outras informações complementares deverão ser encaminhados no e-mail do (a) Pregoeiro (a) disponível no quadro de informações.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1 A autoridade superior poderá revogar os procedimentos licitatórios por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anulá-los motivado por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

25.1.1 O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

25.1.2 - Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

25.1.3 - Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé ao ressarcimento dos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

25.2 - Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta de preços.

25.3 - As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

25.4 - Após apresentação da proposta de preços não caberá desistência, salvo por



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
Praça Alípio de Carvalho, 50 – Centro Carolina – MA
CEP: 65.980-000 – CNPJ: 12.081.691/0001-84

motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo (a) Pregoeiro (a).

25.5 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto pelo órgão requisitante.

25.6 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando e vencendo os prazos somente em dias de expediente normal.

25.7 - As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas, em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse do órgão requisitante, a finalidade e a segurança da contratação.

25.8 - As Licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução do contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira.

25.9 - Os horários estabelecidos no edital de licitação, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, no Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

25.10 - Ao (à) Pregoeiro (a) ou à Autoridade Competente é facultada, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar dos autos, desde a realização da sessão pública.

25.11 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.carolina.ma.gov.br/licitacaolista.php> e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço constante no preâmbulo deste Edital, nos dias úteis, no horário das 08h00min às 12h00min, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

Carolina - MA, 23 de março de 2026.

Marcileni Nogueira
Secretária municipal de Administração



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

1.1. FORMALIZAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICO E HIDRÁULICO DIVERSOS, PARA ATENDER A DEMANDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA – MA E DEMAIS SECRETARIAS, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

1.2. O custo estimado foi apurado com base na média. O valor estimado ficou em **R\$ 2.194.682,73 (dois milhões e cento e noventa e quatro mil e seiscentos e oitenta e dois reais e setenta e três reais).**

ITEM	PRODUTO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNI-TÁRIO	VALOR TO-TAL
1	BRITA 19: Formado a partir da detonação de blocos maiores, extraídos de rochas duras, tamanho da brita: 01. Conforme norma NBR 7211.	M³	100	R\$ 164,08	R\$ 16.408,00
2	CAL (CH-I): Material: hidróxido de cálcio, aspecto físico: pó, cor: creme, aplicação: construção civil, apresentação: saco com 10 Kg. Conforme norma NBR 6453.	SACOS	250	R\$ 16,35	R\$ 4.087,50
3	AMPLA CONCORRÊNCIA CIMENTO (CP-II-E-32): Apresentação: saco com 50Kg, embalagem de papel intacta, livre de sujidades, rasgos, perfurações ou umidade. Conforme norma NBR 16697.	SACOS	2.250	R\$ 39,88	R\$ 89.730,00
4	COTA RESERVADA 25% ME/EPP CIMENTO (CP-II-E-32): Apresentação: saco com 50Kg, embalagem de papel intacta, livre de sujidades, rasgos, perfurações ou umidade. Conforme norma NBR 16697.	SACOS	750	R\$ 39,88	R\$ 29.910,00
5	MASSA CORRIDA: Composição básica: pva policloreto de vinila, solubilidade: água, tempo secagem: 3 horas, método aplicação: com espátula e desempenadeira, aplicação: imperfeição superfície interna para pintura. Lata com 25 kg. Conforme norma NBR 11702.	LATAS	150	R\$ 87,16	R\$ 13.074,00
6	DILUENTE TINTA: Aspecto físico: líquido, aplicação: dissolvente tintas	LITROS	500	R\$ 29,33	R\$ 14.665,00



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
Praça Alípio de Carvalho, 50 – Centro Carolina – MA
CEP: 65.980-000 – CNPJ: 12.081.691/0001-84

	e limpeza superfícies, cor: incolor, composição: xileno, álcool etílico, acetato de butila. 900ML.				
7	AMPLA CONCORRÊNCIA TIJOLO 6 FUROS: Material: cerâmica, quantidade furos: 6 unidades, aplicação: construção civil, comprimento: 20 cm, cor: vermelha, espessura: 10 cm, tipo: furado, largura: 20 cm. Conforme norma NBR 15270.	MILH	113	R\$ 1.343,33	R\$ 151.796,29
8	COTA RESERVADA 25% ME/EPP TIJOLO 6 FUROS: Material: cerâmica, quantidade furos: 6 unidades, aplicação: construção civil, comprimento: 20 cm, cor: vermelha, espessura: 10 cm, tipo: furado, largura: 20 cm. Conforme norma NBR 15270.	MILH	37	R\$ 1.343,33	R\$ 49.703,21
9	AMPLA CONCORRÊNCIA TIJOLO 8 FUROS: Material: cerâmica, quantidade furos: 8 unidades, aplicação: construção civil, comprimento: 20 cm, espessura: 10 cm, tipo: furado, largura: 20 cm. Conforme norma NBR 15270.	MILH	75	R\$ 1.590,00	R\$ 119.250,00
10	COTA RESERVADA 25% ME/EPP TIJOLO 8 FUROS: Material: cerâmica, quantidade furos: 8 unidades, aplicação: construção civil, comprimento: 20 cm, espessura: 10 cm, tipo: furado, largura: 20 cm. Conforme norma NBR 15270.	MILH	25	R\$ 1.590,00	R\$ 39.750,00
11	AMPLA CONCORRÊNCIA AREIA FINA: Areia granulometria: fina, tipo: normal brasileira, isenta de impurezas orgânicas e argila. Conforme norma NBR 7211.	M³	525	R\$ 188,12	R\$ 98.763,00
12	COTA RESERVADA 25% ME/EPP AREIA FINA: Areia granulometria: fina, tipo: normal brasileira, isenta de impurezas orgânicas e argila. Conforme norma NBR 7211.	M³	175	R\$ 188,12	R\$ 32.921,00
13	AMPLA CONCORRÊNCIA AREIA GROSSA: Areia granulometria: grossa, tipo: lavada. Conforme norma NBR 7211.	M³	525	R\$ 214,28	R\$ 112.497,00
14	COTA RESERVADA 25% ME/EPP AREIA GROSSA: Areia granulometria: grossa, tipo: lavada. Conforme norma NBR 7211.	M³	175	R\$ 214,28	R\$ 37.499,00
15	AMPLA CONCORRÊNCIA	M³	525	R\$ 202,76	R\$ 106.449,00



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
Praça Alípio de Carvalho, 50 – Centro Carolina – MA
CEP: 65.980-000 – CNPJ: 12.081.691/0001-84

	AREIA MÉDIA: Granulometria: média, tipo: lavada. Conforme norma NBR 7211.				
16	COTA RESERVADA 25% ME/EPP AREIA MÉDIA: Granulometria: média, tipo: lavada. Conforme norma NBR 7211.	M ³	175	R\$ 202,76	R\$ 35.483,00
17	TELHA CERÂMICA: Material: cerâmica, acabamento superficial: natural, comprimento: 38 cm, espessura: 0,50 mm, tipo: colonial, largura: 24 cm, características adicionais: baixa tolerância calor. Conforme norma NBR 15310.	MILH	30	R\$ 792,50	R\$ 23.775,00
18	PISO CERÂMICO ESMALTADO: Classe de abrasão PEI 4 (alta resistência), dimensões mínimas 45x45cm, acabamento brilhante ou acetinado. Conforme norma NBR 13818.	M ²	800	R\$ 43,43	R\$ 34.744,00
19	REVESTIMENTO CERÂMICO: Brilhante ou acetinado para paredes internas, dimensões mínimas 30x45cm. Conforme norma NBR 13818.	M ²	500	R\$ 71,18	R\$ 35.590,00
20	REJUNTE FLEXÍVEL: Aditivado, antifungo, para uso interno e externo em cerâmicas. Embalagem 1kg. Conforme norma NBR 14992.	KG	200	R\$ 8,40	R\$ 1.680,00
21	IMPERMEABILIZANTE LÍQUIDO: Manta asfáltica a frio ou resina acrílica elástica para lajes e telhados. Balde 18L.	BALDE	15	R\$ 378,43	R\$ 5.676,45
22	MALHA METÁLICA: Material: aço ca-60, aplicação: estrutura para concreto em pisos e lajes, tamanho: 3 x 2 m, tamanho abertura malha: 20 x 20 cm, bitola: 3,40 m. Conforme norma NBR 7480.	UNID	98	R\$ 57,12	R\$ 5.597,76
23	LIXA FERRO: Material: óxido alumínio, apresentação: folha, tipo costado: pano, tipo: lixa ferro, tipo grão: 100, largura: 225 mm, comprimento: 275 mm.	UNID	250	R\$ 3,94	R\$ 985,00
24	LIXA MADEIRA: Material: Óxido Alumínio, apresentação: rolo, tipo costado: pano, tipo: lixa para madeira, tipo grão: 80, largura: 150 mm.	UNID	450	R\$ 12,83	R\$ 5.773,50
25	BATENTE PARA PORTA: Material:	UNID	90	R\$ 94,45	R\$ 8.500,50



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
Praça Alípio de Carvalho, 50 – Centro Carolina – MA
CEP: 65.980-000 – CNPJ: 12.081.691/0001-84

	madeira, largura: 0,82 mm, comprimento: 2,10 metros.				
26	CAIBRO: Madeira, uso: construção, espessura: 5 cm, largura: 5 cm, comprimento: 4 metros.	METROS	650	R\$ 49,96	R\$ 32.474,00
27	COMPENSADO 10MM, 1,10: Acabamento externo: resinado, tipo miolo: lâminas de madeira, comprimento: 2,20 m, espessura: 10 mm, tipo: comum, largura: 1,10 m. Conforme norma NBR 9532.	FOLHAS	200	R\$ 93,83	R\$ 18.766,00
28	COMPENSADO 14MM: Placa compensado acabamento externo: resinado, tipo miolo: lâminas de madeira, comprimento: 2,20 m, espessura: 14 mm, tipo: comum, largura: 1,10 m. Conforme norma NBR 9532.	FOLHAS	200	R\$ 90,34	R\$ 18.068,00
29	COMPENSADO 16MM: Placa compensado tipo: comum, tipo miolo: lâminas de madeira, acabamento externo: plastificado nas duas faces, comprimento: 2,20 m, largura: 1,10 m, espessura: 16 mm. Conforme norma NBR 9532.	FOLHAS	200	R\$ 132,97	R\$ 26.594,00
30	COMPENSADO 20MM: Compensado madeira comprimento: 2,20 m, espessura: 20 mm, largura: 1,10 m, características adicionais: faces resinadas. Conforme norma NBR 9532.	FOLHAS	200	R\$ 221,48	R\$ 44.296,00
31	COMPENSADO 10MM, 1,60: Tipo: comum, tipo miolo: lâminas de madeira, acabamento externo: resinado, comprimento: 2,20 m, largura: 1,60 m, espessura: 10 m. Conforme norma NBR 9532.	UNID	100	R\$ 189,52	R\$ 18.952,00
32	LINHA DE MADEIRA 15 CM: Tipo de madeira: mista, formato: viga, espessura: 7,5 cm, largura: 15 cm, características de uso: construção de telhados.	METROS	250	R\$ 295,28	R\$ 73.820,00
33	LINHA DE MADEIRA 10 CM: Tipo de madeira: mista, formato: viga, espessura: 7,5 cm, largura: 10 cm, características de uso: construção de telhados.	METROS	250	R\$ 72,79	R\$ 18.197,50
34	LINHA DE MADEIRA 20 CM: Tipo de madeira: mista, formato: viga, espessura: 5 cm, largura: 20 cm, tipo: prancha, características de uso:	METROS	130	R\$ 39,10	R\$ 5.083,00



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
Praça Alípio de Carvalho, 50 – Centro Carolina – MA
CEP: 65.980-000 – CNPJ: 12.081.691/0001-84

	construção de telhados.				
35	PONTALETE DE MADEIRA: Madeira construção tipo madeira: pinus, formato: pontalete, largura: 7,5 cm, espessura: 7,5 cm, características adicionais: não aparelhada.	METROS	200	R\$ 9,36	R\$ 1.872,00
36	PORTA DE MADEIRA PARA VERNIZ 60 CM: Folha média, dimensões: largura: 60cm, comprimento: 2,10m, núcleo: semi-oca, espessura: 3,5cm, acabamento: laminado natural para verniz, inclusas dobradiças. Conforme norma NBR 15930.	UNID	100	R\$ 200,47	R\$ 20.047,00
37	PORTA DE MADEIRA PARA VERNIZ 70 CM: Folha média, dimensões: largura: 70cm, comprimento: 2,10m, núcleo: semi-oca, espessura: 3,5cm, acabamento: laminado natural para verniz, inclusas dobradiças. Conforme norma NBR 15930.	UNID	100	R\$ 202,15	R\$ 20.215,00
38	PORTA DE MADEIRA PARA VERNIZ 80 CM: Folha média, dimensões: largura: 80cm, comprimento: 2,10m, núcleo: semi-oca, espessura: 3,5cm, acabamento: laminado natural para verniz, inclusas dobradiças. Conforme norma NBR 15930.	UNID	100	R\$ 233,29	R\$ 23.329,00
39	RIPA DE MADEIRA: Aplicação: construção civil, comprimento: 6 m, espessura: 1,50 cm, largura: 5 cm, características adicionais: 1ª qualidade, sem tratamento.	METROS	1.000	R\$ 8,69	R\$ 8.690,00
40	TÁBUA DE MADEIRA 23 CM: Aplicação: construção civil, espessura: 2,5 cm, tipo madeira: pinus, largura: 23 cm, formato: tábuas.	METROS	625	R\$ 32,66	R\$ 20.412,50
41	TÁBUA DE MADEIRA 30 CM: Aplicação: construção civil, espessura: 2,5 cm, tipo madeira: pinus, largura: 30 cm, formato: tábuas.	METROS	625	R\$ 53,50	R\$ 33.437,50
42	CAIXA D'ÁGUA 2000 L: Material: polietileno, tipo: redondo, capacidade: 2.000 l, com tampa. Conforme norma NBR 14799.	UNID	10	R\$ 1.157,85	R\$ 11.578,50
43	CAIXA D'ÁGUA 500 L: Material: polietileno, tipo: formato cilíndrico, capacidade: 500 l, com tampa. Conforme norma NBR 14799.	UNID	20	R\$ 325,24	R\$ 6.504,80
44	CAIXA DE DESCARGA: Material: plástico, cor: branca, capacidade: 9	UNID	300	R\$ 56,67	R\$ 17.001,00



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
Praça Alípio de Carvalho, 50 – Centro Carolina – MA
CEP: 65.980-000 – CNPJ: 12.081.691/0001-84

	litros, características adicionais: puxador fio de nylon, não incluso cano, bolsa, engate. NBR 15491.				
45	CONEXÃO HIDRÁULICA 45° - 150 MM: Material: PVC cloreto de polivinila, aplicação: instalação sanitária, bitola: 150 mm, cor: branco, tipo: joelho 45°, tipo fixação: soldável. Conforme norma NBR 5648.	UNID	65	R\$ 72,10	R\$ 4.686,50
46	CONEXÃO HIDRAULICA 45° - 50MM: Material: PVC-cloreto de polivinila, aplicação: instalação sanitária, bitola: 50 mm, cor branco, tipo: joelho 45°, tipo fixação: soldável. Conforme norma NBR 5648.	UNID	65	R\$ 49,68	R\$ 3.229,20
47	CONEXÃO HIDRÁULICA 90° - 100MM (AMPLA): Material: PVC rígido, aplicação: instalações esgoto, tipo: joelho 90°, tipo fixação: soldável, bitola: 100 mm. Conforme norma NBR 5648.	UNID	250	R\$ 30,93	R\$ 7.732,50
48	CONEXÃO HIDRÁULICA 90° - 150MM (AMPLA): Material: PVC cloreto de polivinila, aplicação: instalações esgoto, tipo: joelho 90°, tipo fixação: soldável, bitola: 150 mm. Conforme norma NBR 5648.	UNID	420	R\$ 44,57	R\$ 18.719,40
49	JOELHO 90° 20 MM: Material: PVC cloreto de polivinila, aplicação: instalação hidráulica, bitola: 20 mm, cor: marrom, tipo: joelho 90°, tipo fixação: soldável. Conforme norma NBR 5648.	UNID	400	R\$ 2,74	R\$ 1.096,00
50	JOELHO 90° 25 MM: Material: PVC-cloreto de polivinila, aplicação: instalação hidráulica, bitola: 25 mm, cor: marrom, tipo: joelho 90°, tipo fixação: soldável. Conforme norma NBR 5648.	UNID	400	R\$ 3,77	R\$ 1.508,00
51	JOELHO 90° 32 MM: Material: PVC cloreto de polivinila, aplicação: instalação hidráulica, bitola: 32 mm, cor: marrom, tipo: joelho 90°, tipo fixação: soldável. Conforme norma NBR 5648.	UNID	100	R\$ 4,64	R\$ 464,00
52	JOELHO 90° 40MM: Material: PVC-cloreto de polivinila, aplicação: instalações esgoto, tipo: joelho 90°, tipo fixação: soldável, bitola: 40 mm. Conforme norma NBR 5648.	UNID	100	R\$ 6,22	R\$ 622,00



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
Praça Alípio de Carvalho, 50 – Centro Carolina – MA
CEP: 65.980-000 – CNPJ: 12.081.691/0001-84

53	JOELHO 90° 50 MM: Material: PVC cloreto de polivinila, aplicação: instalação hidráulica, bitola: 50 mm, cor: marrom, tipo: joelho 90°, tipo fixação: soldável. Conforme norma NBR 5648.	UNID	100	R\$ 9,64	R\$ 964,00
54	JOELHO 90° - 50MM, ESGOTO: Material: PVC cloreto de polivinila, aplicação: instalações esgoto, tipo: joelho 90°, tipo fixação: soldável, bitola: 50 mm. Conforme norma NBR 5648.	UNID	100	R\$ 11,29	R\$ 1.129,00
55	JOELHO 90° 75MM: Material: PVC rígido, aplicação: instalações esgoto, tipo: joelho 90°, tipo fixação: soldável, bitola: 75 mm. Conforme norma NBR 5648.	UNID	50	R\$ 35,52	R\$ 1.776,00
56	VASO SANITÁRIO: Conjunto completo em louça branca, caixa acoplada 3/6L, assento plástico e kit de fixação. Conforme norma NBR 16727.	UNID	50	R\$ 489,37	R\$ 24.468,50
57	FITA VEDA ROSCA: 100% PTFE (Politetrafluoretileno), dimensões 18mm x 25m. Conforme norma NBR 11355.	UNID	300	R\$ 7,54	R\$ 2.262,00
58	REGISTRO DE PRESSÃO 3/4": Latão cromado com canopla metálica, mecanismo de vedação cerâmico. Conforme norma NBR 15704.	UNID	80	R\$ 84,63	R\$ 6.770,40
59	ENGATE HIDRÁULICO: Material: PVC flexível, aplicação: instalações prediais água fria, comprimento: 50 cm, bitola: 1/2 polegadas.	UNID	150	R\$ 10,67	R\$ 1.600,50
60	PIA INOX: Material: aço inox, comprimento: 120 cm, largura: 53 cm, quantidade cubas: 1 un.	UNID	50	R\$ 230,97	R\$ 11.548,50
61	PIA MARMORE: Material: mármore sintético, comprimento: 120 cm, largura: 53 cm, quantidade cubas: 1 un, profundidade cubas: 14 cm.	UNID	30	R\$ 224,77	R\$ 6.743,10
62	SIFÃO SANFONADO UNIVERSAL: Material: polipropileno, cor: branca, tipo haste: adaptável, diâmetro entrada: 1 1/2 polegadas, diâmetro saída: 40 mm, aplicação: tanque, pia e lavatório. NBR 14162.	UNID	250	R\$ 10,25	R\$ 2.562,50
63	TORNEIRA LAVATÓRIO PVC: Material corpo: PVC, aplicação: lavatório, cor: branca, diâmetro: 1/2 pole-	UNID	200	R\$ 14,29	R\$ 2.858,00



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
Praça Alípio de Carvalho, 50 – Centro Carolina – MA
CEP: 65.980-000 – CNPJ: 12.081.691/0001-84

	gadas.				
64	TUBO DE CONCRETO 800 MM: Aplicação: esgotamento residual água fria, comprimento: 1 m, espessura: 80 mm, tipo: centrifugação, diâmetro nominal: 800 mm. NBR 8890.	METROS	104	R\$ 486,56	R\$ 50.602,24
65	TUBO DE CONCRETO 300 MM: Diâmetro nominal: 300 mm, comprimento: 1 m, espessura: 30 mm, tipo: vibro-prensagem, aplicação: águas pluviais. NBR 8890.	METROS	195	R\$ 121,43	R\$ 23.678,85
66	TUBO DE CONCRETO 600 MM: Diâmetro nominal: 600 mm, comprimento: 1 m, espessura: 60 mm, tipo: vibro-prensagem, aplicação: sistema saneamento básico águas pluviais. NBR 8890.	METROS	130	R\$ 282,48	R\$ 36.722,40
67	TUBO DE PVC SOLDÁVEL 20 MM: Material: PVC rígido, aplicação: hidráulica, comprimento: 6 metros, cor: marrom, diâmetro nominal: 20 mm. NBR 5648.	UNID	150	R\$ 28,49	R\$ 4.273,50
68	CABO ELÉTRICO 10 MM ² : Material condutor cobre nu, tempera condutor mole, seção nominal 10 mm ² , tensão isolamento 0,6/1 kv, cor do isolamento: preta, extra flexível isolamento de hepr 90 c. NBR 5410 e NBR 7286.	METROS	2.000	R\$ 12,48	R\$ 24.960,00
69	CABO ELÉTRICO 2,5 MM ² : Material condutor cobre nu, aplicação: instalações elétricas, seção nominal: 2,5 mm ² , cor do isolamento: verde, extra flexível isolamento de hepr 90°c. NBR 5410 e NBR 7286.	METROS	5.000	R\$ 3,47	R\$ 17.350,00
70	CONDUITE CORRUGADO 3/4": Material PVC, tipo corrugado, bitola 3/4 pol, rolo com 50 metros, amarela, aplicação: instalação elétrica. NBR 15465.	ROLO	100	R\$ 81,36	R\$ 8.136,00
71	CURVA 180° GRAUS, 1.1/2: Material: PVC, angulação: 180°, tipo: rosqueada, diâmetro nominal: 1 1/2 polegadas.	UNID	160	R\$ 19,00	R\$ 3.040,00
72	CURVA ELETRODUTO 180° 1": Angulação: 180°, tipo: PVC rígido roscável, tamanho: 1 polegadas.	UNID	160	R\$ 12,80	R\$ 2.048,00
73	CURVA ELETRODUTO 90° 1": Material: PVC rígido, angulação: 90°,	UNID	160	R\$ 5,83	R\$ 932,80



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
Praça Alípio de Carvalho, 50 – Centro Carolina – MA
CEP: 65.980-000 – CNPJ: 12.081.691/0001-84

	cor: preta, tipo: curva longa, diâmetro nominal: 1 polegada.				
74	CURVA ELETRODUTO 90° 3/4": Angulação: 90°, material: PVC rígido roscável, aplicação: eletroduto condutele, diâmetro nominal: 3/4 polegadas.	UNID	80	R\$ 5,56	R\$ 444,80
75	DISJUNTOR TRIFÁSICO 50A: Funcionamento: termomagnético, tensão máxima operação: 127/220 v, tripolar, curva de disparo C, padrão: din/iec. NBR IEC 60898.	UNID	35	R\$ 67,88	R\$ 2.375,80
76	DISJUNTOR MONOPOLAR 32A: Tensão máxima operação: 127/220 v, monopolar, curva de disparo C, corrente nominal: 32 a, funcionamento: termomagnético, padrão: DIN/IEC.	UNID	85	R\$ 14,74	R\$ 1.252,90
77	DISJUNTOR MONOPOLAR 50A: Baixa tensão, número pólos: 2, curva de disparo: c, corrente nominal: 50 a, funcionamento: termomagnético, padrão: din. NBR 5.283.	UNID	65	R\$ 21,62	R\$ 1.405,30
78	DISJUNTOR TRIPOLAR 32A: Disjuntor baixa tensão número de fases: trifásico, corrente nominal: 32a, funcionamento: termomagnético, tensão nominal: 220v.	UNID	260	R\$ 64,57	R\$ 16.788,20
79	DISPOSITIVO DR 63A: Funcionamento termomagnético, número pólos: 2, corrente nominal 63 a, tipo dr, tensão nominal 127/220 v, sensibilidade 300 ma. NBR 5410.	UNID	20	R\$ 126,38	R\$ 2.527,60
80	DISPOSITIVO DR 40A: Funcionamento: termomagnético, sensibilidade: 30 ma, número de polos: 2, corrente nominal: 40 a, tipo: dr.	UNID	60	R\$ 80,47	R\$ 4.828,20
81	ELETRODUTO 1": Material: PVC antichama, comprimento: 3 m, cor: preta, tipo fixação: soldável, diâmetro nominal: 1 pol. NBR 15465.	UNID	80	R\$ 18,63	R\$ 1.490,40
82	ELETRODUTO 1.1/2": Material: PVC antichama, comprimento: 3 m, cor: preta, tipo: rígido roscado, diâmetro nominal: 1 1/2 pol.	UNID	80	R\$ 22,83	R\$ 1.826,40
83	ELETRODUTO 3/4": Material: PVC antichama, cor: preta, tipo fixação: roscado, comprimento: 3 m, diâmetro nominal: 3/4 pol. NBR 1546.	UNID	80	R\$ 23,86	R\$ 1.908,80
84	HASTE ATERRAMENTO 1/2": Mate-	UNID	80	R\$ 64,54	R\$ 5.163,20



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
Praça Alípio de Carvalho, 50 – Centro Carolina – MA
CEP: 65.980-000 – CNPJ: 12.081.691/0001-84

	rial: cobreado, comprimento: 2.40 m, diâmetro: 1/2 polegadas, tipo: cilíndrica.				
85	HASTE ATERRAMENTO 3/4": Revestimento: cobre, material: cobre, comprimento: 2.40 m, diâmetro: 3/4 polegadas, tipo: cilíndrica.	UNID	80	R\$ 72,30	R\$ 5.784,00
86	INTERRUPTOR CHUVEIRO: Material: termoplástico auto extingüível, aplicação: instalações elétricas, corrente nominal: 25 a, tipo: bipolar simples, tensão nominal: 250 v.	UNID	39	R\$ 31,86	R\$ 1.242,54
87	INTERRUPTOR SIMPLES: Termoplástico auto extingüível, placa e parafuso, corrente nominal: 10 a, tensão nominal: 250 v, conjugado com placa 4 x 2.	UNID	150	R\$ 10,98	R\$ 1.647,00
88	INTERRUPTOR SIMPLES + TOMADA 10A: Conjunto completo, botão on/off, placa e parafuso, embutir, tensão nominal: 250 v, material: termoplástico auto extingüível, placa 4 x 2.	UNID	390	R\$ 14,89	R\$ 5.807,10
89	INTERRUPTOR SISTEMA X: Termoplástico auto extingüível, corrente nominal: 10 a, tipo: simples, com espelho, sobrepôr, conjugado com placa 4 x 2.	UNID	130	R\$ 25,60	R\$ 3.328,00
90	INTERRUPTOR (2 MODULOS) + TOMADA: Componentes: 2 interruptores simples e 1 tomada, tensão alimentação: 250 v, corrente nominal: 10A, conjugado com placa 4 x 2.	UNID	390	R\$ 33,26	R\$ 12.971,40
91	INTERRUPTOR (3 MODULOS): Termoplástico auto extingüível, placa e parafuso, caixa 4 x 2 pol, corrente nominal: 10 a, tensão nominal: 250 v, retangular.	UNID	260	R\$ 15,88	R\$ 4.128,80
92	LÂMPADA LED 9W: Potência nominal: 9 w, temperatura de cor: 6000 k (branca), tipo base: e-27, tensão nominal: bivolt. Com Selo PROCEL/INMETRO.	UNID	350	R\$ 6,60	R\$ 2.310,00
93	LÂMPADA VAPOR MERCURIO 250W: Potência nominal: 250 w, base: e-40, fluxo: 12500 lumens, 4100k, vida média: 24000h, tonalidade: branca. PROCEL.	UNID	500	R\$ 62,49	R\$ 31.245,00
94	LÂMPADA VAPOR MERCURIO 400W: Potência nominal: 400 W,	UNID	400	R\$ 45,17	R\$ 18.068,00



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
Praça Alípio de Carvalho, 50 – Centro Carolina – MA
CEP: 65.980-000 – CNPJ: 12.081.691/0001-84

	base: e-40, tensão Nominal: 220 V, tonalidade: branca, bulbo: ovoide. PROCEL.				
95	LÂMPADA VAPOR MERCURIO 80W: Potência nominal: 80w, base: e27, fluxo: 3600 lumens, vida: 16000h, temperatura: 4500k, cor: branca, bulbo: ovoide. PROCEL.	UNID	250	R\$ 56,89	R\$ 14.222,50
96	LÂMPADA VAPOR METALICO 400W: Potência nominal: 400 W, temperatura de cor: 6000 k, cor: branca, tipo base: e-40, tensão: bi-volt, tubular. PROCEL.	UNID	450	R\$ 54,46	R\$ 24.507,00
97	PLAFONIER: Material corpo: PVC, cor: preta, soquete de porcelana, potência: 60w, base e-27, formato: redondo.	UNID	520	R\$ 7,66	R\$ 3.983,20
98	LUMINÁRIA PLAFON EMBUTIR 18W: Corpo: alumínio e acrílico, redondo, modelo: embutir, potência: 18 w, cor: branco frio 6000-6500k.	UNID	65	R\$ 22,87	R\$ 1.486,55
99	LUMINÁRIA PÚBLICA ABERTA OVAL: Material: alumínio, modelo: aberto, tipo soquete: e-27, aplicação: iluminação pública poste.	UNID	650	R\$ 60,99	R\$ 39.643,50
100	LUVA ELETRODUTO 3/4": Material: PVC cloreto de polivinila, cor: preta, tipo fixação: roscável, bitola: 3/4 polegadas. NBR 6150.	UNID	250	R\$ 5,67	R\$ 1.417,50
101	CHAVE DE PARTIDA DIRETA: Tipo: partida direta, tensão nominal: 220 v, corrente nominal: 10 a, trifásica, potência até 3CV.	UNID	11	R\$ 207,00	R\$ 2.277,00
102	LUVA ELETRODUTO 1": Material: PVC rígido antichama, cor preta, tipo fixação: roscável, bitola: 1 polegadas. NBR 6150.	UNID	180	R\$ 1,86	R\$ 334,80
103	LUVA ELETRODUTO 1.1/2": Material: PVC rígido antichama, tipo fixação: roscável, bitola: 1 1/2 polegadas. NBR 6150.	UNID	250	R\$ 5,55	R\$ 1.387,50
104	VENTILADOR DE PAREDE 60CM: Potência mínima 160W, grade metálica de proteção, bivolt, com controle de velocidade. Com Selo PROCEL/INMETRO.	UNID	60	R\$ 302,88	R\$ 18.172,80
105	SENSOR DE PRESENÇA: Tecnologia infravermelho, bivolt, instalação teto/parede, regulagem de tempo e fotocélula. NBR IEC 60669.	UNID	40	R\$ 40,53	R\$ 1.621,20



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
Praça Alípio de Carvalho, 50 – Centro Carolina – MA
CEP: 65.980-000 – CNPJ: 12.081.691/0001-84

106	PROTETOR SURTO TENSÃO: Fixação: trilho din, monopolar, descarga 45 ka, varistor óxido de zinco, tensão 275 v, descarga 20 KA.	UNID	50	R\$ 45,47	R\$ 2.273,50
107	PLACA CEGA: Material: termoplástico, dimensões: 4 X 2 polegadas, fixação: encaixe.	UNID	130	R\$ 8,39	R\$ 1.090,70
108	PLUG PARA TOMADA 10A: Tipo: macho, número pinos: 3, cilíndrico, corrente: 10 a, tensão: 250 v, 2 pt. NBR 14136.	UNID	65	R\$ 5,14	R\$ 334,10
109	PLUG PARA TOMADA 20A: Tipo: macho, número pinos: 3, cilíndrico, corrente: 20 a, tensão: 250 v, 2 pt. NBR 14136.	UNID	65	R\$ 4,60	R\$ 299,00
110	CAIXA PARA DISJUNTOR: Quantidade fases 1, sem barramento, cor cinza, PVC, padrão "din", sobrepôr.	UNID	39	R\$ 11,79	R\$ 459,81
111	CÂMARA DE AR CARRINHO MÃO: Material: borracha, tamanho: aro 3,25 x 8, com câmara ar, aro reforçado.	UNID	150	R\$ 19,58	R\$ 2.937,00
112	CAPACETE DE PROTEÇÃO: Polietileno de alta densidade, resistência impactos e choques elétricos, aba frontal, ajuste 550 a 630 mm. NBR 8221.	UNID	40	R\$ 17,64	R\$ 705,60
113	CARRINHO DE MÃO: Pintura eletrostática, preta, caçamba aço galvanizado, pneu 3,25, carga: 50 kg. NBR 16260.	UNID	260	R\$ 219,95	R\$ 57.187,00
114	CAVADEIRA ARTICULADA: Material: aço carbono, cabo madeira envernizada, 110 cm, garras 24 cm, batente polipropileno.	UNID	50	R\$ 75,01	R\$ 3.750,50
115	CHAVE INGLÊSA: Material: aço, acabamento: cromado, tipo: grifo, tamanho: 12 polegadas.	UNID	40	R\$ 69,19	R\$ 2.767,60
116	CHIBANCA: Material: aço carbono, temperada em todo o corpo, tamanho 4, sem cabo, largura: 9,80 cm.	UNID	39	R\$ 92,51	R\$ 3.607,89
117	CINTURÃO SEGURANÇA: Fita poliéster, 03 fivelas ajustes, cintura e pernas, 02 meia-argolas laterais, 01 dorsal. CA Ativo.	UNID	50	R\$ 251,22	R\$ 12.561,00
118	COLHER DE PEDREIRO: Aço temperado e revenido, 9 polegadas, cabo madeira nobre, haste e lâmina inteiriça.	UNID	50	R\$ 15,34	R\$ 767,00
119	CORDA PET: Material: polipropileno,	KG/M	78	R\$ 3,32	R\$ 258,96



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
Praça Alípio de Carvalho, 50 – Centro Carolina – MA
CEP: 65.980-000 – CNPJ: 12.081.691/0001-84

	tipo: trançada, diâmetro: 10 mm, aplicação: múltiplo uso.				
120	CORRENTE GALVANIZADA: Material: ferro, tratamento: galvanizado, formato elos: redondo, largura: 5 mm.	KG/M	78	R\$ 24,90	R\$ 1.942,20
121	DISCO DIAMANTADO TURBO: Material: aço diamantado, aplicação: mármore/cerâmica/pedra, 110 mm, corte a seco, furo 20 mm.	UNID	150	R\$ 6,53	R\$ 979,50
122	DISCO CORTAR FERRO: Óxido alumínio, diâmetro: 115 mm, espessura: 1 mm, reforçado tela fibra vidro, furo 22,22 mm.	UNID	160	R\$ 4,41	R\$ 705,60
123	ENXADA: Material: aço carbono, largura: 20 cm, altura: 18 cm, peso: 0,810 kg, tipo: estampado, pintura eletrostática. Sem cabo.	UNID	50	R\$ 29,27	R\$ 1.463,50
124	ENXADECO: Largo, material: lâmina de aço, cabo: madeira, uso: capina, lâmina 2,5 cabo 140 mm.	UNID	40	R\$ 31,33	R\$ 1.253,20
125	ESCADA EXTENSIVEL 7,20: Formato "U" fibra vidro, degraus alumínio "D". Altura fechada: 4,20 m, aberta: 7,20 m, 120kg.	UNID	15	R\$ 986,53	R\$ 14.797,95
126	ESCADA EXTENSIVEL 9,60: Material: fibra vidro, degraus: alumínio, 32 degraus, altura aberta: 9,60 m, cor: laranja.	UNID	15	R\$ 673,33	R\$ 10.099,95
127	EXTENSÃO ELÉTRICA: Tipo: simples, comprimento: 10 m, tomadas fêmea 2p + t, tripolar, 250V. NBR 14136.	UNID	39	R\$ 45,18	R\$ 1.762,02
128	FECHADURA EXTERNA: Material: aço, acabamento: cromado, 2 chaves simples, maçaneta alavanca, aplicação porta.	UNID	260	R\$ 44,03	R\$ 11.447,80
129	FECHADURA INTERNA: Material: aço, acabamento: cromado, 2 chaves simples, maçaneta alavanca, aplicação porta.	UNID	130	R\$ 34,90	R\$ 4.537,00
130	FERROLHO ZINCADO: Aço carbono, zincado, redondo 5 polegadas, acompanha parafusos para fixação.	UNID	78	R\$ 12,34	R\$ 962,52
131	FITA CREPE: Material: crepe, comprimento: 50m, tipo: monofase, largura: 19 mm, cor: branca.	UNID	200	R\$ 4,56	R\$ 912,00
132	FITA ISOLANTE 1.000V: Material: borracha poliuretano, resistência: até 1.000 v, largura: 19 mm, 20 metros.	UNID	200	R\$ 5,11	R\$ 1.022,00



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
Praça Alípio de Carvalho, 50 – Centro Carolina – MA
CEP: 65.980-000 – CNPJ: 12.081.691/0001-84

133	FITA ISOLANTE 750V: PVC auto extingüível, resistência: até 750 v, largura: 19 mm, 20 m, cor: preta.	UNID	300	R\$ 5,11	R\$ 1.533,00
134	FURADEIRA DE IMPACTO: Potência mínima 700W, mandril 13mm, bivolt, com maleta e acessórios. Selo INMETRO.	UNID	5	R\$ 375,48	R\$ 1.877,40
135	FITA ANTIDERRAPANTE: Autocolante, cor preta, rolo 5m x 50mm, alta durabilidade. Para escadas.	ROLO	100	R\$ 20,93	R\$ 2.093,00
136	GRAMPO PARA CERCA: Material: aço galvanizado, aplicação: cerca arame, tipo: "u", 19 x 11 polegadas.	QUILOGRAMAS	80	R\$ 21,50	R\$ 1.720,00
137	LAMINA SERRA MANUAL: Material: aço flexível, comprimento: 300 mm, largura: 12 mm, 24 dentes por polegada.	UNID	78	R\$ 7,33	R\$ 571,74
138	LUVA DE COURO: Material: raspa de couro, tamanho cano: médio, adulto, reforço entre polegar.	PARES	364	R\$ 27,80	R\$ 10.119,20
139	LUVA ISOLANTE: Material: borracha, cor: preta, segurança isolante borracha, classe 0, baixa tensão 1 KV.	UNID	10	R\$ 176,06	R\$ 1.760,60
140	MANGA ISOLANTE: Composto elastomérico alta qualidade, médio/grande, classe 2, proteção braços. NBR 10623.	UNID	10	R\$ 861,27	R\$ 8.612,70
141	MANGUEIRA CRISTAL: Material: PVC cloreto de polivinila, diâmetro: 3/4 pol, 50 m, cor: cristal.	UNID	40	R\$ 4,75	R\$ 190,00
142	MANGUEIRA PRETA: Material: polietileno, aplicação: irrigação, cor: preta, bitola: 3/4 pol, 100 metros.	PEÇAS	13	R\$ 2,45	R\$ 31,85
143	MÁQUINA CORTAR VERGALHÃO: Ferro nodular, pintura pó, lâmina aço VC 131, tamanho número 0: 12,7mm.	UNID	2	R\$ 86,73	R\$ 173,46
144	MARRETA DE 1 KG: Aço carbono forjado, pintura eletrostática, oitavado, cabo madeira, 1 kg.	UNID	4	R\$ 34,04	R\$ 136,16
145	MARRETA DE 3 KG: Material: aço carbono, material cabo: madeira, peso: 3 kg, oitavado, face dupla.	UNID	6	R\$ 45,50	R\$ 273,00
146	MARTELO PICARETA: Material: aço, material cabo: aço tubular, tipo: picareta, tamanho: 30 cm.	UNID	15	R\$ 44,01	R\$ 660,15
147	MARTELO: Material: aço forjado, material cabo: madeira marfim, peso: 576 g, tipo: unha, tamanho: 27	UNID	30	R\$ 26,56	R\$ 796,80



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
Praça Alípio de Carvalho, 50 – Centro Carolina – MA
CEP: 65.980-000 – CNPJ: 12.081.691/0001-84

	mm.				
148	MASSA ADESIVA: Solda a frio, metal, madeira, vidro, cerâmica, cimento, plástico. 100g. Tipo: DUREPOX.	UNID	180	R\$ 12,28	R\$ 2.210,40
149	PÁ QUADRADA: Aço carbono, 0,74 m, construção civil, cabo madeira em y, formato: quadrada.	UNID	78	R\$ 64,81	R\$ 5.055,18
150	PARAFUSO CABEÇA CHATA: Material: aço, diâmetro nominal 6 mm, comprimento nominal 4 cm, fenda Philips.	UNID	260	R\$ 1,00	R\$ 260,00
151	PARAFUSO CHIPBOARD: Aço SAE 1015/1018 temperado, 3,5 x 16 mm, rosca auto cortante, pacote com 500 un.	PACOTES	50	R\$ 17,93	R\$ 896,50
152	PARAFUSO PARA POSTE: Latão, 250 mm, porca quadrada e arruela, diâmetro 5/8 polegadas.	UNID	650	R\$ 1,50	R\$ 975,00
153	PICARETA: Forjada em aço carbono temperado, cabo madeira 90 cm, 4 libras, olho 70 x 45 mm.	UNID	30	R\$ 125,38	R\$ 3.761,40
154	PINCEL BROCHA: Polipropileno reciclado, cerdas pet bicolor, 180 x 80 mm, cabo anatômico.	UNID	52	R\$ 7,90	R\$ 410,80
155	PREGO CABEÇA CHATA: Aço, liso, acabamento galvanizado, bitola: 2 1/2 x 10 polegadas.	QUILOGRAMAS	130	R\$ 25,72	R\$ 3.343,60
156	PREGO DUAS CABEÇAS: Aço, polido, ponta diamante, bitola: 18 x 27 mm, distância cabeças: 5 mm.	QUILOGRAMAS	50	R\$ 24,44	R\$ 1.222,00
157	PREGO: Aço, cônica axadrezada, liso, polido, bitola: 15 x 18 mm (1.1/2x13).	QUILOGRAMAS	150	R\$ 22,58	R\$ 3.387,00

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

2.1. A Prefeitura Municipal de Carolina – MA, por meio de suas secretarias e órgãos vinculados, necessita adquirir materiais de construção, elétricos e hidráulicos diversos para garantir a manutenção, reforma e ampliação dos serviços públicos municipais, incluindo prédios administrativos, escolas, unidades de saúde, espaços de assistência social e demais instalações sob responsabilidade do município;

2.2. A aquisição destes materiais justifica-se pela necessidade de realizar reparos emergenciais e preventivos, substituição de componentes obsoletos ou danificados, e execução de pequenas obras e manutenções periódicas. Essas ações são essenciais para assegurar o pleno funcionamento das atividades administrativas e o atendimento à população, evitando interrupções dos serviços e garantindo a segurança, funcionalidade e adequação dos espaços públicos;

2.3. Diante do exposto, a aquisição dos materiais de construção, elétricos e hidráulicos diversos se mostra imprescindível para o desenvolvimento das atividades



municipais, para a preservação do patrimônio público e para a qualidade dos serviços prestados à população de Carolina – MA.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO:

3.1. A natureza do objeto é comum nos moldes do no art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, e aplica-se sua aquisição através da modalidade Pregão Eletrônico, através de Sistema de Registro de Preço. O critério de julgamento será o Menor Preço por Item.

3.2. A utilização do Sistema de Registro de Preços é justificável, haja vista que a aquisição de materiais de construção, elétrico e hidráulico diversos requer a realização de contratações frequentes, com entrega sob a forma de ordens de fornecimento, emitidas conforme a demanda das Secretarias, naturalmente variável. Desse modo, o registro de preços é a forma mais eficiente de licitar o objeto, uma vez que permite a efetivação de contratações de acordo com as necessidades do momento, sem vincular-se a quantitativos e prazos previamente definidos.

4. JUSTIFICATIVA PARA O AGRUPAMENTO (NÃO PARCELAMENTO) DE ITENS:

4.1. Tendo em vista o §§2º e 3º, do art. 40 da lei 14.133/21, o parcelamento é recomendado quando o objeto da licitação for divisível, ou seja, realizada por itens ou lotes, visando assim, a ampliação da competitividade, pois permite a ampla participação de interessados licitantes.

4.2. Com base no exposto, optamos pelo parcelamento dos itens, entendendo que assim, individualmente, teremos melhores chances de auferirmos valores mais acessíveis, sem prejuízo aos aspectos técnicos e preservada a economia de escala.

5. JUSTIFICAR, SE FOR O CASO, A DISPENSA DA DIVULGAÇÃO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS IRP (ART. 30, § 2º, DECRETO MUNICIPAL Nº 004, DE 24 DE JANEIRO DE 2022).

5.1. A divulgação da intenção de registro de preço (IRP) tem como finalidade permitir à Administração tornar pública suas intenções de realizar licitação na modalidade Pregão pelo sistema de Registro de Preços, com a participação de outros órgãos governamentais que tenham interesse em contratar o mesmo objeto mediante um único procedimento, possibilitando alcançar melhores preços por meio de economia de escala decorrente da definição de um quantitativo estimado maior.

5.2. Diante do exposto, a Prefeitura municipal de Carolina – MA, optou pela não divulgação da presente IRP em virtude da ausência de estrutura administrativa satisfatória para fins de gerenciamento das Atas de Registro de Preços, bem como pela necessidade de realização e conclusão célere deste procedimento licitatório, o que não seria possível caso houvesse a divulgação da IRP, pois poderia culminar na participação de outros órgãos da administração pública, demandando maior tempo na realização das atividades e alongamento do prazo, considerando a condição de órgão gerenciador.

6. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

6.1. A informação quanto à reserva orçamentária será dispensada em caso de adoção de Sistema de Registro de Preços – SRP. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro



instrumento hábil, conforme previsto no Art. 17, do Decreto nº 11.462 de 31 de março de 2023, e correrão por conta de dotação orçamentária própria da Prefeitura e Secretarias participantes deste processo.

7. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A ata terá validade de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso, mediante pesquisa de preços, nos termos do art. 84 da Lei n. 14.133, de abril de 2021.

8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO - SRP**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

Exigências de habilitação:

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. Habilitação jurídica:

8.4. Registro comercial, no caso de firma individual;

8.4.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações subsequentes devidamente registradas, em se tratando de Sociedade Comercial, e no caso de sociedade por ações acompanhados da ata arquivada da assembleia da última eleição da diretoria;

8.4.2. Inscrição no ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

8.4.3. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.4.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.4.5. Ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971, em caso de licitante cooperativa;

8.4.6. Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, quando for o caso, subscritos pelos consorciados, com a indicação de empresa líder, que será responsável por sua representação junto à Administração;

8.4.7. Cédula de identidade e CPF dos sócios.

8.5. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

8.6. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual (Fornecimento de Bens) ou Municipal (Prestação de Serviços), relativo ao domicílio ou sede da licitante,



- pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da presente licitação;
- 8.7.** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Tributos Federais e Dívida Ativa da União, abrangendo as Contribuições Previdenciárias Sociais) Estadual e Municipal do domicílio ou sede da PROPONENTE, ou outra equivalente na forma da Lei;
- 8.8.** Certidão Negativa, expedida pela Caixa Econômica Federal, com a finalidade de comprovar a inexistência de débitos junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- 8.9.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), com a finalidade de comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- 8.10.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.11.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.12.** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.13.** Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.14. Qualificação Econômico-Financeira

- 8.15.** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais ou ao último exercício, no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 8.16.** No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015).
- 8.17.** No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a substituição dos demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;
- 8.18.** O microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123 de 2006 estará dispensado: a) da prova de inscrição nos cadastros dos contribuintes estadual e municipal;
- 8.19.** A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1(um) resultantes da aplicação das fórmulas, devidamente assinados por profissional habilitado na área contábil que atende o atendimento dos índices:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Logo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

- 8.20.** As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deve-



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
Praça Alípio de Carvalho, 50 – Centro Carolina – MA
CEP: 65.980-000 – CNPJ: 12.081.691/0001-84

rão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente, através da apresentação de balanço patrimonial, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta de preços.

8.21. As empresas cujo exercício seja inferior a um ano, deverão comprovar o capital mínimo de 10% do valor estimado da contratação, feita relativamente à data da apresentação da proposta de preços.

8.21.1. Certidão Negativa de Falência e Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

8.22. Qualificação Técnica:

8.23. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens/serviços em características compatíveis com o objeto desta licitação ou com o item pertinente, por meio da apresentação de ATESTADO fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devendo constar o nº do CNPJ da empresa licitante.

9. DO MODELO DE EXECUÇÃO:

Condições de entrega

9.1. A entrega dos produtos dar-se-á de forma fracionada, mediante solicitação da CONTRATADA, após a emissão da Ordem de Fornecimento.

9.2. Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, após o recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento.

9.3. A Contratada deverá entregar os itens em lugar previamente determinado na Ordem de Fornecimento.

9.4. O transporte, carga, seguro e descarga dos produtos serão de exclusiva responsabilidade da contratada, isto é, sem quaisquer ônus adicionais para a contratante, incluindo as leis sociais, os tributos e quaisquer outros encargos que incidam sobre os bens. Ademais, estes deverão atender aos padrões técnicos que assegurem sua integridade física e qualidade originais.

9.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

10.1. Constar do contrato social o ramo de atividade pertinente ao objeto licitado;

10.2. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia e expressa anuência da Contratante;

10.3. Responsabilizar-se integralmente pelos produtos contratado, nos termos da legislação vigente;

10.4. Atender prontamente a qualquer exigência de fiscalização inerente ao objeto do contrato;

10.5. Solucionar qualquer tipo de problema relacionado aos produtos;

10.6. A Contratada deverá informar o nome do funcionário responsável pelo atendimento à Contratante;



10.7. Garantir o comportamento moral e profissional de seus empregados, respondendo integral e incondicionalmente por todos os danos e/ou atos ilícitos resultantes de ação ou omissão destes, inclusive por inobservância de ordens e normas da Contratante.

10.8. Utilizar, exclusivamente, pessoal devidamente habilitado e registrado no exercício das atividades relativas ao fornecimento do objeto do contrato;

10.9. Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e à prevenção de acidentes, bem como as normas internas da Contratante;

10.10. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade observada em razão do fornecimento;

10.11. Substituir os itens quando não atender as especificações,

10.12. Manter relatórios de fornecimentos para apresentá-los ao setor de administração da Contratante quando solicitado, os quais abrangerão o controle do fornecimento executado e as demais ocorrências e/ou observações pertinentes;

10.13. Manter, durante a vigência do contrato, as mesmas condições que a levaram a habilitar-se e vencer o processo licitatório;

10.14. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres;

10.15. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

11.1. Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução do contrato, inclusive, comunicando, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança que julgar necessária;

11.2. Efetuar os pagamentos devidos no prazo e nas condições estabelecidas;

11.3. Disponibilizar todas as informações e os meios necessários para que ocorra o fiel cumprimento das disposições existentes;

11.4. Aprovar as requisições e alterações conforme a necessidade da Prefeitura municipal de Carolina - MA;

11.5. Exercer a fiscalização do contrato por servidores especialmente designados, na forma prevista pela legislação vigente que rege a matéria;

11.6. Cientificar a **Procuradoria Geral do Município**, para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

11.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

12.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o



cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

12.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

12.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

12.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

12.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

12.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

12.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

12.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

12.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

12.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

12.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

12.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato



12.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

12.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

12.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

12.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

12.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

12.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

12.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

13. DO PAGAMENTO:

13.1. O pagamento será efetuado mediante apresentação da Nota Fiscal, que deverá ser enviada à CONTRATANTE juntamente com uma via das requisições para efeito de conferência, demonstrando a quantidade total com o respectivo preço unitário e total dos fornecimentos.

13.2. Uma vez apresentada a documentação indicada no item anterior, a CONTRATANTE, efetuará o pagamento até o 30º dia no período de qualquer reajuste ou correção de preço, que será realizado na sede da CONTRATANTE e/ou depósito bancário na conta do CONTRATADO.

13.3. A liberação do pagamento, contudo, ficará sujeita ao aceite do objeto pelo Setor responsável.

13.4. Consideram-se incluídas nos preços unitários brutos propostos todas e quaisquer despesas, diretas e indiretas decorrentes do serviço tais como: mão de obra, transporte, alimentação, encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais,



fornecimento de todo o material para realização do serviço, impostos, taxas, enfim, todo e qualquer custo ou despesa e encargo decorrente da prestação dos serviços.

13.5. Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela Contratada, obrigatoriamente com o CNPJ apresentado na proposta comercial, na documentação para habilitação e no contrato firmado, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo que pertencente a filial ou matriz.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

14.1. Em caso de descumprimento às regras, e observado o regular processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da lei, poderão ser aplicadas à CONTRATADA as seguintes penalidades:

14.2. Advertência, aplicada em caso de inexecução parcial do CONTRATO, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

14.2.1. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas neste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

14.2.2. Multa compensatória:

14.2.2.1. 0,50% (cinquenta décimos por cento) até 0,10% (dez décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

14.2.2.2. 0,50% (cinquenta décimos por cento) até 10,00% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida.

14.2.2.3. 0,50% (cinquenta décimos por cento) até 15,00% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

14.2.2.4. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do CONTRATO por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2,00% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do CONTRATO.

14.2.3. Impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Carolina - MA, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, aplicada em razão das seguintes ocorrências:

14.2.3.1. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado.

14.2.3.1.1. Pena: impedimento do direito de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Carolina - MA pelo período de 4 (quatro) meses.

14.2.3.2. Dar causa à inexecução parcial do CONTRATO que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

14.2.3.2.1. Pena: impedimento do direito de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Carolina - MA pelo período de 12 (doze) meses.

14.2.3.3. Dar causa à inexecução total do CONTRATO.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
Praça Alípio de Carvalho, 50 – Centro Carolina – MA
CEP: 65.980-000 – CNPJ: 12.081.691/0001-84

- 14.2.3.3.1.** Pena: impedimento do direito de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Carolina – MA, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.
- 14.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de seis anos, aplicada em razão das seguintes ocorrências:
- 14.2.4.1.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida durante a execução do CONTRATO.
- 14.2.4.1.1.** Pena: declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 36 (trinta e seis) meses.
- 14.2.4.2.** Praticar ato fraudulento na execução do CONTRATO.
- 14.2.4.2.1.** Pena: declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 36 (trinta e seis) meses.
- 14.2.4.3.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- 14.2.4.3.1.** Pena: declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 60 (sessenta) meses.
- 14.2.4.4.** Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846/2013.
- 14.2.4.4.1.** Pena: declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 60 (sessenta) meses.
- 14.3.** As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente a sanção de multa.
- 14.4.** A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE.
- 14.5.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 14.6.** O valor referente à multa poderá, antes dos procedimentos descritos no item acima, ser recolhido ao Tesouro por meio Guia de Recolhimento (GRU), emitida pela CONTRATANTE nos termos do parágrafo 8º do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 14.7.** O atraso no recolhimento de multas será corrigido monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- 14.8.** É admitida a reabilitação da CONTRATADA perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, observados os requisitos constantes no artigo 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, em especial:
- 14.8.1.** Reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 14.8.2.** Pagamento da multa.
- 14.8.3.** Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade.
- 14.8.4.** Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo.
- 14.8.5.** Análise jurídica prévia com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos no artigo 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.



14.9. A sanção por prestar declaração falsa durante a execução do CONTRATO e a sanção por praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846/2013, exigirá como condição de reabilitação da CONTRATADA, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

14.10. As penalidades aplicadas serão cadastradas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da aplicação, na Transparência da CONTRATANTE, Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

14.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

14.12. Os efeitos da desconsideração da personalidade jurídica alcançam não apenas os sócios de direito, mas também os sócios ocultos que exerçam de fato a gerência da pessoa jurídica" (Acórdão nº 229/2023 - Plenário).

14.13. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas neste PROJETO BÁSICO (PB) será realizada mediante instauração de procedimento administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, cujos prazos para realização dos atos serão os previstos nos artigos 157, 158 e 159 da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.14. Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a CONTRATANTE, a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações das CONTRATANTES de controle.

14.15. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do CONTRATO com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

14.16. A aplicação da multa não obsta a apuração e cobrança de eventuais perdas e danos decorrentes do descumprimento do CONTRATO.

14.17. As penalidades de multa moratória e multa compensatória não serão cumuladas.

14.18. A não manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA ao longo da execução do CONTRATO, poderá ensejar rescisão contratual unilateral pela CONTRATANTE, após regular procedimento administrativo e garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, e ainda a aplicação de multa de 15,00% (quinze por cento) sobre o valor da contratação.

15 - DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA:

15.1. A CONTRATADA não poderá subcontratar total ou parcialmente o objeto deste processo, bem como cedê-lo ou transferi-lo no todo ou em parte, sob pena de imediata rescisão e aplicação das sanções administrativas cabíveis.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
Praça Alípio de Carvalho, 50 – Centro Carolina – MA
CEP: 65.980-000 – CNPJ: 12.081.691/0001-84

16. DO FORO:

16.1. Para dirimir as questões oriundas do presente Termo de referência e não resolvidas na esfera administrativa, é competente o Foro de Carolina, Estado do Maranhão, por mais privilegiado que outro seja.

Responsáveis pelo Termo de Referência: Marcileni Nogueira – **Secretária municipal de Administração**; Iracélia Leal Ferreira Espírito Santo - **Secretária municipal de Desenvolvimento Social**; Giliard Silva Oliveira - **Secretário municipal de Saúde**; e Sandra Regina dos Santos Carvalho - **Secretária municipal de Educação**.



APÊNDICE DO ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS:

Número do processo: 028/2026

Objeto: ETP a fim de encontrar a melhor solução para propiciar melhor forma suprir as necessidades de **materiais de construção, elétrico e hidráulico diversos**, para atender a demanda da Prefeitura municipal de Carolina – MA, e demais Secretarias.

2. ÁREA REQUISITANTE:

ÁREA REQUISITANTE	RESPONSÁVEL
Secretário municipal de Administração	Marcileni Nogueira
Secretária municipal de Desenvolvimento Social	Iracélia Leal Ferreira Espírito Santo
Secretário municipal de Saúde	Giliard Silva Oliveira
Secretária municipal de Educação	Sandra Regina dos Santos Carvalho

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERANDO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO:

Estudo técnico preliminar para tratar das necessidades de **materiais de construção, elétrico e hidráulico diversos**, para atender a demanda da Prefeitura municipal de Carolina – MA, e demais Secretarias.

A Prefeitura Municipal de Carolina – MA, por meio de suas secretarias e órgãos vinculados, necessita adquirir materiais de construção, elétricos e hidráulicos diversos para garantir a manutenção, reforma e ampliação dos serviços públicos municipais, incluindo prédios administrativos, escolas, unidades de saúde, espaços de assistência social e demais instalações sob responsabilidade do município.

Estes materiais justifica-se pela necessidade de realizar reparos emergenciais e preventivos, substituição de componentes obsoletos ou danificados, e execução de pequenas obras e manutenções periódicas. Essas ações são essenciais para assegurar o pleno funcionamento das atividades administrativas e o atendimento à população, evitando interrupções dos serviços e garantindo a segurança, funcionalidade e adequação dos espaços públicos.

Diante do exposto, os materiais de construção, elétricos e hidráulicos diversos se mostra imprescindível para o desenvolvimento das atividades municipais, para a preservação do patrimônio público e para a qualidade dos serviços prestados à população de Carolina – MA.



REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Previsão para o início da execução: **abril de 2026.**

Os requisitos de cada item da contratação estarão descritos no Termo de Referência e referem-se aos seus aspectos legais, tais como a Lei Federal nº 14.133/21, e demais legislações aplicáveis.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO:

Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de empresa especializada cujo ramo de atividade seja compatível com o solicitado. Dentre as opções de mercado, com base nas análises realizadas nas gamas de publicações por órgãos e entidades através de consultas a outros editais, na intenção de identificar novas metodologias e tecnologias que melhor se adequem as necessidades da administração, não se observou maiores variações quanto a execução do objeto, no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar. Assim, a variação se dá pela modalidade de licitação aplicada, a depender da permissibilidade normativa. Logo, a aquisição dos materiais de construção, elétrico e hidráulico diversos, objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, se constitui no atual cenário, objeto de frequente aquisição por órgãos públicos em todas as suas esferas.

MODALIDADE	ÓRGÃO	OBJETO
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2025	PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE/MA	REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO.
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2025	PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÁGUA/MA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO DE INTERESSE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÁGUA/MA
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2025	PREFEITURA MUNICIPAL DE COROATÁ/MA	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, DESTINADOS A ATENDER ÀS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE COROATÁ/MA.

Desta forma esta equipe administrativa compreende que a eventual



aquisição através do Sistema de Registro de Preço é a solução mais condizente com a necessidade da Secretaria.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

A solução a ser contratada abrange **formalização de ata de registro de preços para eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de material de construção, elétrico e hidráulico diversos, para atender a demanda da Prefeitura municipal de Carolina – MA e demais Secretarias**, por meio de **PREGÃO ELETRÔNICO – SRP**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

Além dos referidos fornecimentos, exigir-se-á da contratada disponibilizar, relatórios de fornecimento, contendo as informações das aquisições realizadas e demais documentos que a contratante considerar necessários.

Maiores detalhes estarão no Termo de Referência.

6. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO:

As quantidades estimadas neste Estudo são suficientes para atender a Prefeitura municipal de Carolina – MA e demais Secretarias, pelo período de 12 meses, tomando como parâmetro básico as quantidades das aquisições utilizadas nos exercícios anteriores, combinado com o comportamento histórico da demanda (altas ou diminuição), projetando a demanda futura:

ITEM	PRODUTO	UNID.	QUANT.
1	BRITA 19: Formado a partir da detonação de blocos maiores, extraídos de rochas duras, tamanho da brita: 01. Conforme norma NBR 7211.	M ³	100
2	CAL (CH-I): Material: hidróxido de cálcio, aspecto físico: pó, cor: creme, aplicação: construção civil, apresentação: saco com 10 Kg. Conforme norma NBR 6453.	SACOS	250
3	CIMENTO (CP-II-E-32): Apresentação: saco com 50Kg, embalagem de papel intacta, livre de sujidades, rasgos, perfurações ou umidade. Conforme norma NBR 16697.	SACOS	3.000
4	MASSA CORRIDA: Composição básica: pva policloreto de vinila, solubilidade: água, tempo secagem: 3 horas, método aplicação: com espátula e desempenadeira, aplicação: imperfeição superfície interna para pintura. Lata com 25 kg. Conforme norma NBR 11702.	LATAS	150
5	DILUENTE TINTA: Aspecto físico: líquido, aplicação: dissolvente tintas e limpeza superfícies, cor: incolor, composição: xileno, álcool etílico, acetato de butila. 900ML.	LITROS	500



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
Praça Alípio de Carvalho, 50 – Centro Carolina – MA
CEP: 65.980-000 – CNPJ: 12.081.691/0001-84

6	TIJOLO 6 FUROS: Material: cerâmica, quantidade furos: 6 unidades, aplicação: construção civil, comprimento: 20 cm, cor: vermelha, espessura: 10 cm, tipo: furado, largura: 20 cm. Conforme norma NBR 15270.	MILH	150
7	TIJOLO 8 FUROS: Material: cerâmica, quantidade furos: 8 unidades, aplicação: construção civil, comprimento: 20 cm, espessura: 10 cm, tipo: furado, largura: 20 cm. Conforme norma NBR 15270.	MILH	100
8	AREIA FINA: Areia granulometria: fina, tipo: normal brasileira, isenta de impurezas orgânicas e argila. Conforme norma NBR 7211.	M ³	700
9	AREIA GROSSA: Areia granulometria: grossa, tipo: lavada. Conforme norma NBR 7211.	M ³	700
10	AREIA MÉDIA: Granulometria: média, tipo: lavada. Conforme norma NBR 7211.	M ³	700
11	TELHA CERÂMICA: Material: cerâmica, acabamento superficial: natural, comprimento: 38 cm, espessura: 0,50 mm, tipo: colonial, largura: 24 cm, características adicionais: baixa tolerância calor. Conforme norma NBR 15310.	MILH	30
12	PISO CERÂMICO ESMALTADO: Classe de abrasão PEI 4 (alta resistência), dimensões mínimas 45x45cm, acabamento brilhante ou acetinado. Conforme norma NBR 13818.	M ²	800
13	REVESTIMENTO CERÂMICO: Brilhante ou acetinado para paredes internas, dimensões mínimas 30x45cm. Conforme norma NBR 13818.	M ²	500
14	REJUNTE FLEXÍVEL: Aditivado, antifungo, para uso interno e externo em cerâmicas. Embalagem 1kg. Conforme norma NBR 14992.	KG	200
15	IMPERMEABILIZANTE LÍQUIDO: Manta asfáltica a frio ou resina acrílica elástica para lajes e telhados. Balde 18L.	BALDE	15
16	MALHA METÁLICA: Material: aço ca-60, aplicação: estrutura para concreto em pisos e lajes, tamanho: 3 x 2 m, tamanho abertura malha: 20 x 20 cm, bitola: 3,40 m. Conforme norma NBR 7480.	UNID	98
17	LIXA FERRO: Material: óxido alumínio, apresentação: folha, tipo costado: pano, tipo: lixa ferro, tipo grão: 100, largura: 225 mm, comprimento: 275 mm.	UNID	250
18	LIXA MADEIRA: Material: Óxido Alumínio, apresentação: rolo, tipo costado: pano, tipo: lixa para madeira, tipo grão: 80, largura: 150 mm.	UNID	450
19	BATENTE PARA PORTA: Material: madeira, largura: 0,82 mm, comprimento: 2,10 metros.	UNID	90



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
Praça Alípio de Carvalho, 50 – Centro Carolina – MA
CEP: 65.980-000 – CNPJ: 12.081.691/0001-84

20	CAIBRO: Madeira, uso: construção, espessura: 5 cm, largura: 5 cm, comprimento: 4 metros.	METROS	650
21	COMPENSADO 10MM, 1,10: Acabamento externo: resinado, tipo miolo: lâminas de madeira, comprimento: 2,20 m, espessura: 10 mm, tipo: comum, largura: 1,10 m. Conforme norma NBR 9532.	FOLHAS	200
22	COMPENSADO 14MM: Placa compensado acabamento externo: resinado, tipo miolo: lâminas de madeira, comprimento: 2,20 m, espessura: 14 mm, tipo: comum, largura: 1,10 m. Conforme norma NBR 9532.	FOLHAS	200
23	COMPENSADO 16MM: Placa compensado tipo: comum, tipo miolo: lâminas de madeira, acabamento externo: plastificado nas duas faces, comprimento: 2,20 m, largura: 1,10 m, espessura: 16 mm. Conforme norma NBR 9532.	FOLHAS	200
24	COMPENSADO 20MM: Compensado madeira comprimento: 2,20 m, espessura: 20 mm, largura: 1,10 m, características adicionais: faces resinadas. Conforme norma NBR 9532.	FOLHAS	200
25	COMPENSADO 10MM, 1,60: Tipo: comum, tipo miolo: lâminas de madeira, acabamento externo: resinado, comprimento: 2,20 m, largura: 1,60 m, espessura: 10 m. Conforme norma NBR 9532.	UNID	100
26	LINHA DE MADEIRA 15 CM: Tipo de madeira: mista, formato: viga, espessura: 7,5 cm, largura: 15 cm, características de uso: construção de telhados.	METROS	250
27	LINHA DE MADEIRA 10 CM: Tipo de madeira: mista, formato: viga, espessura: 7,5 cm, largura: 10 cm, características de uso: construção de telhados.	METROS	250
28	LINHA DE MADEIRA 20 CM: Tipo de madeira: mista, formato: viga, espessura: 5 cm, largura: 20 cm, tipo: prancha, características de uso: construção de telhados.	METROS	130
29	PONTALETE DE MADEIRA: Madeira construção tipo madeira: pinus, formato: pontalete, largura: 7,5 cm, espessura: 7,5 cm, características adicionais: não aparelhada.	METROS	200
30	PORTA DE MADEIRA PARA VERNIZ 60 CM: Folha média, dimensões: largura: 60cm, comprimento: 2,10m, núcleo: semi-oca, espessura: 3,5cm, acabamento: laminado natural para verniz, inclusas dobradiças. Conforme norma NBR 15930.	UNID	100
31	PORTA DE MADEIRA PARA VERNIZ 70 CM: Folha média, dimensões: largura: 70cm, comprimento: 2,10m, núcleo: semi-oca, espessura: 3,5cm, acabamento: laminado natural para verniz, inclusas dobra-	UNID	100



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
Praça Alípio de Carvalho, 50 – Centro Carolina – MA
CEP: 65.980-000 – CNPJ: 12.081.691/0001-84

	diças. Conforme norma NBR 15930.		
32	PORTA DE MADEIRA PARA VERNIZ 80 CM: Folha média, dimensões: largura: 80cm, comprimento: 2,10m, núcleo: semi-oca, espessura: 3,5cm, acabamento: laminado natural para verniz, inclusas dobradiças. Conforme norma NBR 15930.	UNID	100
33	RIPA DE MADEIRA: Aplicação: construção civil, comprimento: 6 m, espessura: 1,50 cm, largura: 5 cm, características adicionais: 1ª qualidade, sem tratamento.	METROS	1.000
34	TÁBUA DE MADEIRA 23 CM: Aplicação: construção civil, espessura: 2,5 cm, tipo madeira: pinus, largura: 23 cm, formato: tábua.	METROS	625
35	TÁBUA DE MADEIRA 30 CM: Aplicação: construção civil, espessura: 2,5 cm, tipo madeira: pinus, largura: 30 cm, formato: tábua.	METROS	625
36	CAIXA D'ÁGUA 2000 L: Material: polietileno, tipo: redondo, capacidade: 2.000 l, com tampa. Conforme norma NBR 14799.	UNID	10
37	CAIXA D'ÁGUA 500 L: Material: polietileno, tipo: formato cilíndrico, capacidade: 500 l, com tampa. Conforme norma NBR 14799.	UNID	20
38	CAIXA DE DESCARGA: Material: plástico, cor: branca, capacidade: 9 litros, características adicionais: puxador fio de nylon, não incluso cano, bolsa, engate. NBR 15491.	UNID	300
39	CONEXÃO HIDRÁULICA 45° - 150 MM: Material: PVC cloreto de polivinila, aplicação: instalação sanitária, bitola: 150 mm, cor: branco, tipo: joelho 45°, tipo fixação: soldável. Conforme norma NBR 5648.	UNID	65
40	CONEXÃO HIDRÁULICA 45° - 50MM: Material: PVC-cloreto de polivinila, aplicação: instalação sanitária, bitola: 50 mm, cor branco, tipo: joelho 45°, tipo fixação: soldável. Conforme norma NBR 5648.	UNID	65
41	CONEXÃO HIDRÁULICA 90° - 100MM (AMPLA): Material: PVC rígido, aplicação: instalações esgoto, tipo: joelho 90°, tipo fixação: soldável, bitola: 100 mm. Conforme norma NBR 5648.	UNID	250
42	CONEXÃO HIDRÁULICA 90° - 150MM (AMPLA): Material: PVC cloreto de polivinila, aplicação: instalações esgoto, tipo: joelho 90°, tipo fixação: soldável, bitola: 150 mm. Conforme norma NBR 5648.	UNID	420
43	JOELHO 90° 20 MM: Material: PVC cloreto de polivinila, aplicação: instalação hidráulica, bitola: 20 mm, cor: marrom, tipo: joelho 90°, tipo fixação: soldável. Conforme norma NBR 5648.	UNID	400



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
Praça Alípio de Carvalho, 50 – Centro Carolina – MA
CEP: 65.980-000 – CNPJ: 12.081.691/0001-84

44	JOELHO 90° 25 MM: Material: PVC- cloreto de polivinila, aplicação: instalação hidráulica, bitola: 25 mm, cor: marrom, tipo: joelho 90°, tipo fixação: soldável. Conforme norma NBR 5648.	UNID	400
45	JOELHO 90° 32 MM: Material: PVC cloreto de polivinila, aplicação: instalação hidráulica, bitola: 32 mm, cor: marrom, tipo: joelho 90°, tipo fixação: soldável. Conforme norma NBR 5648.	UNID	100
46	JOELHO 90° 40MM: Material: PVC-cloreto de polivinila, aplicação: instalações esgoto, tipo: joelho 90°, tipo fixação: soldável, bitola: 40 mm. Conforme norma NBR 5648.	UNID	100
47	JOELHO 90° 50 MM: Material: PVC cloreto de polivinila, aplicação: instalação hidráulica, bitola: 50 mm, cor: marrom, tipo: joelho 90°, tipo fixação: soldável. Conforme norma NBR 5648.	UNID	100
48	JOELHO 90° - 50MM, ESGOTO: Material: PVC cloreto de polivinila, aplicação: instalações esgoto, tipo: joelho 90°, tipo fixação: soldável, bitola: 50 mm. Conforme norma NBR 5648.	UNID	100
49	JOELHO 90° 75MM: Material: PVC rígido, aplicação: instalações esgoto, tipo: joelho 90°, tipo fixação: soldável, bitola: 75 mm. Conforme norma NBR 5648.	UNID	50
50	VASO SANITÁRIO: Conjunto completo em louça branca, caixa acoplada 3/6L, assento plástico e kit de fixação. Conforme norma NBR 16727.	UNID	50
51	FITA VEDA ROSCA: 100% PTFE (Politetrafluoretileno), dimensões 18mm x 25m. Conforme norma NBR 11355.	UNID	300
52	REGISTRO DE PRESSÃO 3/4": Latão cromado com canopla metálica, mecanismo de vedação cerâmico. Conforme norma NBR 15704.	UNID	80
53	ENGATE HIDRÁULICO: Material: PVC flexível, aplicação: instalações prediais água fria, comprimento: 50 cm, bitola: 1/2 polegadas.	UNID	150
54	PIA INOX: Material: aço inox, comprimento: 120 cm, largura: 53 cm, quantidade cubas: 1 un.	UNID	50
55	PIA MARMORE: Material: mármore sintético, comprimento: 120 cm, largura: 53 cm, quantidade cubas: 1 un, profundidade cubas: 14 cm.	UNID	30
56	SIFÃO SANFONADO UNIVERSAL: Material: polipropileno, cor: branca, tipo haste: adaptável, diâmetro entrada: 1 1/2 polegadas, diâmetro saída: 40 mm, aplicação: tanque, pia e lavatório. NBR 14162.	UNID	250
57	TORNEIRA LAVATÓRIO PVC: Material corpo: PVC, aplicação: lavatório, cor: branca, diâmetro: 1/2 pole-	UNID	200



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
Praça Alípio de Carvalho, 50 – Centro Carolina – MA
CEP: 65.980-000 – CNPJ: 12.081.691/0001-84

	gadas.		
58	TUBO DE CONCRETO 800 MM: Aplicação: esgotamento residual água fria, comprimento: 1 m, espessura: 80 mm, tipo: centrifugação, diâmetro nominal: 800 mm. NBR 8890.	METROS	104
59	TUBO DE CONCRETO 300 MM: Diâmetro nominal: 300 mm, comprimento: 1 m, espessura: 30 mm, tipo: vibro-prensagem, aplicação: águas pluviais. NBR 8890.	METROS	195
60	TUBO DE CONCRETO 600 MM: Diâmetro nominal: 600 mm, comprimento: 1 m, espessura: 60 mm, tipo: vibro-prensagem, aplicação: sistema saneamento básico águas pluviais. NBR 8890.	METROS	130
61	TUBO DE PVC SOLDÁVEL 20 MM: Material: PVC rígido, aplicação: hidráulica, comprimento: 6 metros, cor: marrom, diâmetro nominal: 20 mm. NBR 5648.	UNID	150
62	CABO ELÉTRICO 10 MM ² : Material condutor cobre nu, têmpera condutor mole, seção nominal 10 mm ² , tensão isolamento 0,6/1 kv, cor do isolamento: preta, extra flexível isolamento de hepr 90 c. NBR 5410 e NBR 7286.	METROS	2.000
63	CABO ELÉTRICO 2,5 MM ² : Material condutor cobre nu, aplicação: instalações elétricas, seção nominal: 2,5 mm ² , cor do isolamento: verde, extra flexível isolamento de hepr 90°C. NBR 5410 e NBR 7286.	METROS	5.000
64	CONDUITE CORRUGADO 3/4": Material PVC, tipo corrugado, bitola 3/4 pol, rolo com 50 metros, amarela, aplicação: instalação elétrica. NBR 15465.	ROLO	100
65	CURVA 180° GRAUS, 1.1/2: Material: PVC, angulação: 180°, tipo: rosqueada, diâmetro nominal: 1 1/2 polegadas.	UNID	160
66	CURVA ELETRODUTO 180° 1": Angulação: 180°, tipo: PVC rígido roscável, tamanho: 1 polegadas.	UNID	160
67	CURVA ELETRODUTO 90° 1": Material: PVC rígido, angulação: 90°, cor: preta, tipo: curva longa, diâmetro nominal: 1 polegada.	UNID	160
68	CURVA ELETRODUTO 90° 3/4": Angulação: 90°, material: PVC rígido roscável, aplicação: eletroduto condutele, diâmetro nominal: 3/4 polegadas.	UNID	80
69	DISJUNTOR TRIFÁSICO 50A: Funcionamento: termomagnético, tensão máxima operação: 127/220 v, tripolar, curva de disparo C, padrão: din/iec. NBR IEC 60898.	UNID	35
70	DISJUNTOR MONOPOLAR 32A: Tensão máxima operação: 127/220 v, monopolar, curva de disparo C, corrente nominal: 32 a, funcionamento: termomagné-	UNID	85



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
Praça Alípio de Carvalho, 50 – Centro Carolina – MA
CEP: 65.980-000 – CNPJ: 12.081.691/0001-84

	tico, padrão: DIN/IEC.		
71	DISJUNTOR MONOPOLAR 50A: Baixa tensão, número pólos: 2, curva de disparo: c, corrente nominal: 50 a, funcionamento: termomagnético, padrão: din. NBR 5.283.	UNID	65
72	DISJUNTOR TRIPOLAR 32A: Disjuntor baixa tensão número de fases: trifásico, corrente nominal: 32a, funcionamento: termomagnético, tensão nominal: 220v.	UNID	260
73	DISPOSITIVO DR 63A: Funcionamento termomagnético, número pólos: 2, corrente nominal 63 a, tipo dr, tensão nominal 127/220 v, sensibilidade 300 ma. NBR 5410.	UNID	20
74	DISPOSITIVO DR 40A: Funcionamento: termomagnético, sensibilidade: 30 ma, número de polos: 2, corrente nominal: 40 a, tipo: dr.	UNID	60
75	ELETRODUTO 1": Material: PVC antichama, comprimento: 3 m, cor: preta, tipo fixação: soldável, diâmetro nominal: 1 pol. NBR 15465.	UNID	80
76	ELETRODUTO 1.1/2": Material: PVC antichama, comprimento: 3 m, cor: preta, tipo: rígido roscado, diâmetro nominal: 1 1/2 pol.	UNID	80
77	ELETRODUTO 3/4": Material: PVC antichama, cor: preta, tipo fixação: roscado, comprimento: 3 m, diâmetro nominal: 3/4 pol. NBR 1546.	UNID	80
78	HASTE ATERRAMENTO 1/2": Material: cobreado, comprimento: 2.40 m, diâmetro: 1/2 polegadas, tipo: cilíndrica.	UNID	80
79	HASTE ATERRAMENTO 3/4": Revestimento: cobre, material: cobre, comprimento: 2.40 m, diâmetro: 3/4 polegadas, tipo: cilíndrica.	UNID	80
80	INTERRUPTOR CHUVEIRO: Material: termoplástico auto extingüível, aplicação: instalações elétricas, corrente nominal: 25 a, tipo: bipolar simples, tensão nominal: 250 v.	UNID	39
81	INTERRUPTOR SIMPLES: Termoplástico auto extingüível, placa e parafuso, corrente nominal: 10 a, tensão nominal: 250 v, conjugado com placa 4 x 2.	UNID	150
82	INTERRUPTOR SIMPLES + TOMADA 10A: Conjunto completo, botão on/off, placa e parafuso, embutir, tensão nominal: 250 v, material: termoplástico auto extingüível, placa 4 x 2.	UNID	390
83	INTERRUPTOR SISTEMA X: Termoplástico auto extingüível, corrente nominal: 10 a, tipo: simples, com espelho, sobrepor, conjugado com placa 4 x 2.	UNID	130



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
Praça Alípio de Carvalho, 50 – Centro Carolina – MA
CEP: 65.980-000 – CNPJ: 12.081.691/0001-84

84	INTERRUPTOR (2 MODULOS) + TOMADA: Componentes: 2 interruptores simples e 1 tomada, tensão alimentação: 250 v, corrente nominal: 10A, conjugado com placa 4 x 2.	UNID	390
85	INTERRUPTOR (3 MODULOS): Termoplástico auto extingüível, placa e parafuso, caixa 4 x 2 pol, corrente nominal: 10 a, tensão nominal: 250 v, retangular.	UNID	260
86	LÂMPADA LED 9W: Potência nominal: 9 w, temperatura de cor: 6000 k (branca), tipo base: e-27, tensão nominal: bivolt. Com Selo PROCEL/INMETRO.	UNID	350
87	LÂMPADA VAPOR MERCURIO 250W: Potência nominal: 250 w, base: e-40, fluxo: 12500 lumens, 4100k, vida média: 24000h, tonalidade: branca. PROCEL.	UNID	500
88	LÂMPADA VAPOR MERCURIO 400W: Potência nominal: 400 W, base: e-40, tensão Nominal: 220 V, tonalidade: branca, bulbo: ovoide. PROCEL.	UNID	400
89	LÂMPADA VAPOR MERCURIO 80W: Potência nominal: 80w, base: e27, fluxo: 3600 lumens, vida: 16000h, temperatura: 4500k, cor: branca, bulbo: ovoide. PROCEL.	UNID	250
90	LÂMPADA VAPOR METALICO 400W: Potência nominal: 400 W, temperatura de cor: 6000 k, cor: branca, tipo base: e-40, tensão: bivolt, tubular. PROCEL.	UNID	450
91	PLAFONIER: Material corpo: PVC, cor: preta, soquete de porcelana, potência: 60w, base e-27, formato: redondo.	UNID	520
92	LUMINÁRIA PLAFON EMBUTIR 18W: Corpo: alumínio e acrílico, redondo, modelo: embutir, potência: 18 w, cor: branco frio 6000-6500k.	UNID	65
93	LUMINÁRIA PÚBLICA ABERTA OVAL: Material: alumínio, modelo: aberto, tipo soquete: e-27, aplicação: iluminação pública poste.	UNID	650
94	LUVA ELETRODUTO 3/4": Material: PVC cloreto de polivinila, cor: preta, tipo fixação: roscável, bitola: 3/4 polegadas. NBR 6150.	UNID	250
95	CHAVE DE PARTIDA DIRETA: Tipo: partida direta, tensão nominal: 220 v, corrente nominal: 10 a, trifásica, potência até 3CV.	UNID	11
96	LUVA ELETRODUTO 1": Material: PVC rígido antichama, cor preta, tipo fixação: roscável, bitola: 1 polegadas. NBR 6150.	UNID	180
97	LUVA ELETRODUTO 1.1/2": Material: PVC rígido antichama, tipo fixação: roscável, bitola: 1 1/2 polegadas. NBR 6150.	UNID	250
98	VENTILADOR DE PAREDE 60CM: Potência mínima 160W, grade metálica de proteção, bivolt, com contro-	UNID	60



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
Praça Alípio de Carvalho, 50 – Centro Carolina – MA
CEP: 65.980-000 – CNPJ: 12.081.691/0001-84

	le de velocidade. Com Selo PROCEL/INMETRO.		
99	SENSOR DE PRESENÇA: Tecnologia infravermelho, bivolt, instalação teto/parede, regulagem de tempo e fotocélula. NBR IEC 60669.	UNID	40
100	PROTETOR SURTO TENSÃO: Fixação: trilho din, monopolar, descarga 45 ka, varistor óxido de zinco, tensão 275 v, descarga 20 KA.	UNID	50
101	PLACA CEGA: Material: termoplástico, dimensões: 4 X 2 polegadas, fixação: encaixe.	UNID	130
102	PLUG PARA TOMADA 10A: Tipo: macho, número pinos: 3, cilíndrico, corrente: 10 a, tensão: 250 v, 2 pt. NBR 14136.	UNID	65
103	PLUG PARA TOMADA 20A: Tipo: macho, número pinos: 3, cilíndrico, corrente: 20 a, tensão: 250 v, 2 pt. NBR 14136.	UNID	65
104	CAIXA PARA DISJUNTOR: Quantidade fases 1, sem barramento, cor cinza, PVC, padrão "din", sobrepôr.	UNID	39
105	CÂMARA DE AR CARRINHO MÃO: Material: borra-cha, tamanho: aro 3,25 x 8, com câmara ar, aro reforçado.	UNID	150
106	CAPACETE DE PROTEÇÃO: Polietileno de alta densidade, resistência impactos e choques elétricos, aba frontal, ajuste 550 a 630 mm. NBR 8221.	UNID	40
107	CARRINHO DE MÃO: Pintura eletrostática, preta, caçamba aço galvanizado, pneu 3,25, carga: 50 kg. NBR 16260.	UNID	260
108	CAVADEIRA ARTICULADA: Material: aço carbono, cabo madeira envernizada, 110 cm, garras 24 cm, batente polipropileno.	UNID	50
109	CHAVE INGLESA: Material: aço, acabamento: cromado, tipo: grifo, tamanho: 12 polegadas.	UNID	40
110	CHIBANCA: Material: aço carbono, temperada em todo o corpo, tamanho 4, sem cabo, largura: 9,80 cm.	UNID	39
111	CINTURÃO SEGURANÇA: Fita poliéster, 03 fivelas ajustes, cintura e pernas, 02 meia-argolas laterais, 01 dorsal. CA Ativo.	UNID	50
112	COLHER DE PEDREIRO: Aço temperado e revenido, 9 polegadas, cabo madeira nobre, haste e lâmina inteira.	UNID	50
113	CORDA PET: Material: polipropileno, tipo: trançada, diâmetro: 10 mm, aplicação: múltiplo uso.	KG/M	78
114	CORRENTE GALVANIZADA: Material: ferro, tratamento: galvanizado, formato elos: redondo, largura: 5 mm.	KG/M	78
115	DISCO DIAMANTADO TURBO: Material: aço dia-	UNID	150



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
Praça Alípio de Carvalho, 50 – Centro Carolina – MA
CEP: 65.980-000 – CNPJ: 12.081.691/0001-84

	mantado, aplicação: mármore/cerâmica/pedra, 110 mm, corte a seco, furo 20 mm.		
116	DISCO CORTAR FERRO: Óxido alumínio, diâmetro: 115 mm, espessura: 1 mm, reforçado tela fibra vidro, furo 22,22 mm.	UNID	160
117	ENXADA: Material: aço carbono, largura: 20 cm, altura: 18 cm, peso: 0,810 kg, tipo: estampado, pintura eletrostática. Sem cabo.	UNID	50
118	ENXADECO: Largo, material: lâmina de aço, cabo: madeira, uso: capina, lâmina 2,5 cabo 140 mm.	UNID	40
119	ESCADA EXTENSIVEL 7,20: Formato "U" fibra vidro, degraus alumínio "D". Altura fechada: 4,20 m, aberta: 7,20 m, 120kg.	UNID	15
120	ESCADA EXTENSÍVEL 9,60: Material: fibra vidro, degraus: alumínio, 32 degraus, altura aberta: 9,60 m, cor: laranja.	UNID	15
121	EXTENSÃO ELÉTRICA: Tipo: simples, comprimento: 10 m, tomadas fêmea 2p + t, tripolar, 250V. NBR 14136.	UNID	39
122	FECHADURA EXTERNA: Material: aço, acabamento: cromado, 2 chaves simples, maçaneta alavanca, aplicação porta.	UNID	260
123	FECHADURA INTERNA: Material: aço, acabamento: cromado, 2 chaves simples, maçaneta alavanca, aplicação porta.	UNID	130
124	FERROLHO ZINCADO: Aço carbono, zincado, redondo 5 polegadas, acompanha parafusos para fixação.	UNID	78
125	FITA CREPE: Material: crepe, comprimento: 50m, tipo: monofase, largura: 19 mm, cor: branca.	UNID	200
126	FITA ISOLANTE 1.000V: Material: borracha poliuretano, resistência: até 1.000 v, largura: 19 mm, 20 metros.	UNID	200
127	FITA ISOLANTE 750V: PVC auto extingüível, resistência: até 750 v, largura: 19 mm, 20 m, cor: preta.	UNID	300
128	FURADEIRA DE IMPACTO: Potência mínima 700W, mandril 13mm, bivolt, com maleta e acessórios. Selo INMETRO.	UNID	5
129	FITA ANTIDERRAPANTE: Autocolante, cor preta, rolo 5m x 50mm, alta durabilidade. Para escadas.	ROLO	100
130	GRAMPO PARA CERCA: Material: aço galvanizado, aplicação: cerca arame, tipo: "u", 19 x 11 polegadas.	QUILOGRAMAS	80
131	LAMINA SERRA MANUAL: Material: aço flexível, comprimento: 300 mm, largura: 12 mm, 24 dentes por polegada.	UNID	78



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
Praça Alípio de Carvalho, 50 – Centro Carolina – MA
CEP: 65.980-000 – CNPJ: 12.081.691/0001-84

132	LUVA DE COURO: Material: raspa de couro, tamanho cano: médio, adulto, reforço entre polegar.	PARES	364
133	LUVA ISOLANTE: Material: borracha, cor: preta, segurança isolante borracha, classe 0, baixa tensão 1 KV.	UNID	10
134	MANGA ISOLANTE: Composto elastomérico alta qualidade, médio/grande, classe 2, proteção braços. NBR 10623.	UNID	10
135	MANGUEIRA CRISTAL: Material: PVC cloreto de polivinila, diâmetro: 3/4 pol, 50 m, cor: cristal.	UNID	40
136	MANGUEIRA PRETA: Material: polietileno, aplicação: irrigação, cor: preta, bitola: 3/4 pol, 100 metros.	PEÇAS	13
137	MÁQUINA CORTAR VERGALHÃO: Ferro nodular, pintura pó, lâmina aço VC 131, tamanho número 0: 12,7mm.	UNID	2
138	MARRETA DE 1 KG: Aço carbono forjado, pintura eletrostática, oitavado, cabo madeira, 1 kg.	UNID	4
139	MARRETA DE 3 KG: Material: aço carbono, material cabo: madeira, peso: 3 kg, oitavado, face dupla.	UNID	6
140	MARTELO PICARETA: Material: aço, material cabo: aço tubular, tipo: picareta, tamanho: 30 cm.	UNID	15
141	MARTELO: Material: aço forjado, material cabo: madeira marfim, peso: 576 g, tipo: unha, tamanho: 27 mm.	UNID	30
142	MASSA ADESIVA: Solda a frio, metal, madeira, vidro, cerâmica, cimento, plástico. 100g. Tipo: DUREPOX.	UNID	180
143	PÁ QUADRADA: Aço carbono, 0,74 m, construção civil, cabo madeira em y, formato: quadrada.	UNID	78
144	PARAFUSO CABEÇA CHATA: Material: aço, diâmetro nominal 6 mm, comprimento nominal 4 cm, fenda Philips.	UNID	260
145	PARAFUSO CHIPBOARD: Aço SAE 1015/1018 temperado, 3,5 x 16 mm, rosca auto cortante, pacote com 500 un.	PACOTES	50
146	PARAFUSO PARA POSTE: Latão, 250 mm, porca quadrada e arruela, diâmetro 5/8 polegadas.	UNID	650
147	PICARETA: Forjada em aço carbono temperado, cabo madeira 90 cm, 4 libras, olho 70 x 45 mm.	UNID	30
148	PINCEL BROCHA: Polipropileno reciclado, cerdas pet bicolor, 180 x 80 mm, cabo anatômico.	UNID	52
149	PREGO CABEÇA CHATA: Aço, liso, acabamento galvanizado, bitola: 2 1/2 x 10 polegadas.	QUILOGRAMAS	130
150	PREGO DUAS CABEÇAS: Aço, polido, ponta diamante, bitola: 18 x 27 mm, distância cabeças: 5 mm.	QUILOGRAMAS	50
151	PREGO: Aço, cônica axadrezada, liso, polido, bitola:	QUILO-	150



	15 x 18 mm (1.1/2x13).	GRAMAS	
--	------------------------	--------	--

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA SOLUÇÃO:

Passada a etapa de levantamento dos quantitativos e levantamento de mercado, passou-se a etapa de obtenção do preço inicial. Para tanto utilizamos como parâmetro de preços inicial a coleta de preços realizada com a empresa **NOSSO MUNDO CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ Nº 20.817.220/0001-10.**

O Valor global prévio da contratação é de **R\$ 2.354.913,50 (dois milhões e trezentos e cinquenta e quatro mil e novecentos e treze reais e cinquenta centavos).**

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

Conforme dispõe o inciso VIII do § 1º, do art. 18, da Lei 14.133/21, que indica que no ETP deve-se ter as;

“VIII - justificativas para o parcelamento ou não da solução”

Considerando que os itens serão entregues segundo a demanda da Prefeitura e demais Secretarias, e visando aumentar o leque de competidores no pregão – entende-se que o parcelamento do objeto é a melhor opção para a administração, o que inclusive contribui para a obtenção do menor preço possível devido a maior quantidade de licitantes.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:

Em relação à eficácia: atendimento de todas as demandas da Secretaria Demandante, no suporte à atividade finalística do órgão;

Quanto à eficiência: assegurar a continuidade dos fornecimentos, e do uso racional dos recursos financeiros;

Com a contratação dos fornecimentos busca-se também, atender ao princípio da economicidade, cuja meta é a obtenção da melhor relação custo-benefício possível que uma alocação de recursos financeiros, econômicos e administrativos possa alcançar, permitindo assim que os serviços sejam realizados de forma rápida, econômica e sustentável.

Os referidos fornecimentos possibilita uma maior agilidade do trabalho e melhoria do atendimento à população, caracterizando, assim, um serviço indispensável, garantindo a manutenção das atividades da Prefeitura municipal de Carolina – MA, e demais Secretarias.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO:

- a. Elaboração de um plano de gestão de riscos, identificando potenciais problemas que possam impactar a execução contratual e medidas de contingência para cada um deles.
- b. Definição clara das atribuições dos agentes públicos a serem designados para o



acompanhamento e fiscalização da execução do contrato.

- c. Capacitação dos servidores envolvidos na gestão do contrato, com foco nas particularidades da contratação de serviços de promoção, planejamento, logística e execução de eventos.
- d. Estabelecimento de critérios objetivos para avaliação da qualidade dos serviços prestados, com indicadores claros e mensuráveis.
- e. Realização de pesquisa ampla de mercado para atualização dos preços, de acordo com o que determina o Art. 23 da Lei 14.133/21.
- f. Estabelecimento de mecanismos de comunicação eficientes entre a área requisitante, a equipe de licitações e a empresa contratada, assegurando o fluxo de informações e a resolução ágil de pendências.
- g. Observância das legislações ambientais aplicáveis e adoção de medidas mitigadoras de impactos ambientais, de acordo com o Art. 18, XII da Lei 14.133.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

Não se aplica.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS:

Ciente do seu poder de compra, do dever de zelar pelo meio ambiente, e de sua responsabilidade para induzir o mercado a adotar práticas sustentáveis, o município de Carolina – MA, não tem medidos esforços no que tange ao uso racional de recursos juntamente à inclusão de requisitos de sustentabilidade em suas compras públicas, com vista a minimizar os impactos causados pelos produtos e serviços contratados.

Como medidas mitigadoras a contratada deveria adotar diretrizes de sustentabilidade, recomendar-se-á às Contratadas que adotem quesitos de sustentabilidade ambiental, tais como:

- a. A empresa deverá atender, no que couber, aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG nº 01 de 19/01/2010.
- b. A empresa deverá possuir as licenças ambientais condizentes com a sua atividade produtiva e estar em dia com as respectivas licenças;
- c. Os produtos devem observar os critérios de sustentabilidade ambiental decorrentes de sua fabricação, nos termos da legislação de regência e suas eventuais alterações;
- d. Os produtos possam ter destinação ambiental adequada após o final do ciclo de seu funcionamento (tempo de uso).
- e. As empresas poderão comprovar por outros meios de prova válidos e regulares admitidos pelo direito, que seus produtos atendem aos requisitos de sustentabilidade ambiental (ACÓRDÃO Nº. 508/2013 – TCU PLENÁRIO, ACÓRDÃO Nº 2.403/2012 – TCU PLENÁRIO E ACÓRDÃO Nº. 1.929/2013 – TCU PLENÁRIO).
- f. Que os produtos devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagens individuais adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais reci-



cláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

13. ANÁLISE DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO

A tabela abaixo contém os prováveis riscos aos quais o presente processo de contratação está exposto. Tratam-se de riscos inerentes à procedimentos licitatórios e merecem atenção por parte da Administração:

ANÁLISE DE RISCOS							
Item	Risco	Probab	Im-pacto	Prob. x Impacto	Consequência	Controle	Res-ponsá-vel
01	Impugnação Procedente aos termos do edital	Provável	Médio	13-Médio	Necessidade de correção e Republicação do edital com alteração de prazos, caso procedente a Impugnação.	- Submeter o edital à revisão da Comissão de Licitação; -Elaborar documentos da fase interna da licitação que não contenham exigência desarrazoadas ou que imponham grande dificuldade aos fornecedores, bem com possam limitar a participação de eventuais interessados.	Comissão de Contratação
02	Desinteresse do mercado em participar do certame	Pouco provável	Alto	14-Médio	Licitação deserta, necessidade de realização de novo certame e atraso na execução do objeto.	- Realizar pesquisa preliminar de interesse com fornecedores e dar ampla divulgação do edital. - Pesquisar atas de registro de preço vigentes para uso em caso de necessidade. - Buscar elaborar especificações simples de cada material e facilmente atendidas pelo mercado.	Comissão de Contratação e Departamento de Compras
03	Preços ofertados acima do estimado ou inexequíveis (no caso de licitação)	Pouco provável	Alto	14-Médio	Licitação fracassada, necessidade de realização de novo certame e atraso na execução do objeto.	- Revisar os requisitos obrigatórios e validação das pesquisas de preços junto a fornecedores, adotando critérios que garantam que a cotação elaborada	Departamento de Compras



						esteja em consonância com o mercado.	
04	Impugnação do resultado da licitação (no caso de licitação)	Provável	Médio	13-Médio	Atraso nos prazos estimados para a contratação e/ou alteração nos preços em relação aos estimados e atraso na execução do objeto.	- Realizar conferência detalhada da documentação dos participantes e das propostas apresentadas antes da homologação do resultado.	Comissão de Contratação
05	Irregularidade fiscal da empresa vencedora da licitação (Pregão ou Adesão à ARP)	Provável	Alto	18-Médio	Necessidade de convocação da classificada subsequente e atraso na execução do objeto.	-Solicitar a comprovação de regularidade fiscal da empresa	Comissão de Contratação
06	Inadimplemento da obrigação de entregar o objeto por parte da contratada	Pouco provável	Alto	9-Médio	Necessidade de convocação de classificada subsequente e atraso na execução do objeto.	-Estabelecer penalidades para inadimplemento contratual.	Órgão gerenciador
07	Atraso na entrega do objeto por parte da contratada	Pouco provável	Alto	9-Médio	Atraso nos prazos estimados para recebimento dos materiais.	- Atuar diligentemente na fiscalização da execução contratual.	Órgão gerenciador
08	Entrega do objeto em desconformidade com as especificações do edital (Pregão ou Adesão à ARP)	Pouco provável	Alto	9-Médio	Devolução do objeto e possível atraso nos prazos estimados para adquirir os materiais.	- Atuar diligentemente na fiscalização da execução contratual.	Órgão gerenciador

MAPA DE ANÁLISE DE RISCO – FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICO E HIDRÁULICO DIVERSOS

IMPACTO	Muito alto	15	19	22	24	25
	Alto	10	14 **	18 *	21	23
	Médio	6	9 ***	13 **	17	20
	Baixo	3	5	8	12	16
	Muito baixo	1	2	4	7	11
		Raro	Pouco provável	provável	Muito provável	Praticamente certo
		PROBABILIDADE				

(*) Número de vezes mensurados



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
Praça Alípio de Carvalho, 50 – Centro Carolina – MA
CEP: 65.980-000 – CNPJ: 12.081.691/0001-84

Considerando os resultados obtidos em relação (Probabilidade x Impacto), concluíram em **NÍVEL MÉDIO**, cuja probabilidade de ocorrência é pouca mas o impacto na contratação é alta, entretanto com possibilidade de sanar todos os requisitos supracitados.

A estratégia a ser adota por esta Administração no caso da ocorrência de licitação deserta ou fracassada consiste na repetição do certame, após a análise dos motivos que culminaram com o insucesso da mesma.

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE:

Com base nos elementos obtidos neste estudo preliminar, **DECLARAMOS que é VIÁVEL** a presente contratação.

Marcileni Nogueira
Secretária municipal de Administração



ANEXO III

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2026

PROCESSO: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Aos _____ dias do mês de _____ de 2026, pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA - MA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 12.081.691/0001-84, situada a Praça Alípio de Carvalho, 50, Centro, CEP: 65.980-000, Carolina - MA, gerenciador desta Ata de Registro de Preços, representada pelo seu titular Sr. (____) (*qualificar*), portador da Carteira de Identidade nº (____) e do CPF nº (____), residente em Carolina - MA, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/20..., processo administrativo nº xxxxxxxxxxxx, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total

3. ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1 O órgão gerenciador será a Prefeitura municipal de Carolina – MA/Secretaria municipal de Administração.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
Praça Alípio de Carvalho, 50 – Centro Carolina – MA
CEP: 65.980-000 – CNPJ: 12.081.691/0001-84

3.2. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Órgão	CNPJ

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévia a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA - MA**, e do fornecedor.

4.2.1. A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA - MA**, poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA - MA**, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA - MA**, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, desde que seja permitida adesão à ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA - MA** e para os participantes.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
Praça Alípio de Carvalho, 50 – Centro Carolina – MA
CEP: 65.980-000 – CNPJ: 12.081.691/0001-84

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA - MA** e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.2.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
Praça Alípio de Carvalho, 50 – Centro Carolina – MA
CEP: 65.980-000 – CNPJ: 12.081.691/0001-84

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item anterior somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas.

5.8. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.9. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto neste item, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.10. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.10.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.10.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.11. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
Praça Alípio de Carvalho, 50 – Centro Carolina – MA
CEP: 65.980-000 – CNPJ: 12.081.691/0001-84

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA - MA**, convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA - MA**, convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA - MA** procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA - MA** comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA - MA** a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
Praça Alípio de Carvalho, 50 – Centro Carolina – MA
CEP: 65.980-000 – CNPJ: 12.081.691/0001-84

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA - MA** procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA - MA** atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.3. A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA - MA** comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA - MA**, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA - MA** poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas será formalizado por despacho da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA - MA**, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA - MA**, poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
Praça Alípio de Carvalho, 50 – Centro Carolina – MA
CEP: 65.980-000 – CNPJ: 12.081.691/0001-84

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA - MA**, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA - MA**, a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA - MA**, qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 3 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Carolina - MA, ____ de _____ de 2026.

Representante legal do órgão gerenciador

Representante legal do fornecedor registrado